

CARTOGRAFIA DE UMA REDE

Reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças
e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo

Auro Danny Lescher

Cynthia Sarti

Graziela Bedoian

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Selma Lima da Silva

Ilustração da Capa:

Henrique, 12 anos - Oficina de Rua Ana Rosa, 1998.

Capa:

Giseli Bedoian

Reitor UNIFESP:

Prof. Dr. Hélio Egydio Nogueira

Coordenador do PROAD:

Prof. Dr. Dartiu Xavier da Silveira

Coordenador do Projeto Quixote:

Dr. Auro Danny Lescher

Projeto Quixote:

PROAD - Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes

Departamento de Psiquiatria

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

Rua Prof. Francisco de Castro, n° 92

Vila Clementino - São Paulo - SP

Cep: 04020.050

Tel/Fax: (011) 571.9476 - Tel: (011) 576.4386

e-mail: quixote@psiquiatria.epm.br

Faculdade de Saúde Pública

Departamento de Saúde Materno Infantil

Universidade de São Paulo

COFECUB/USP Acordo de Cooperação Internacional

Comité Français D'Évaluation de la Coopération

Universitaire avec le Brésil

Ministério da Saúde

COSAM - Coordenação de Saúde Mental

UNDCP - Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas

AGRADECIMENTOS

Às Instituições participantes e aos Educadores:

AGDA COSTA SANTOS

AGUINALDO JESUÍNO

ALDA PIZZINI SANCHEZ

ALEXANDRA N. DE ALMEIDA

CECÍLIA APARECIDA DE BARROS

FÁTIMA MARIA RANGEL

FRANCISCO WEYMA B. DE LIMA

GIVALDO COSMO DOS SANTOS

JOSÉ DE SOUZA QUEIROZ

JOSEFA DE ALMEIDA BORGES

MARIA APARECIDA. F. MACHADO

MARIA FRANCISCA P. PINTO

MARY JOANNE PUNDYK

PAULO ARTUR MALVAZI

SABINE ROCK

SELMA M^ª. L. CHIANDOTTI

SHEILA REGINA JULIANE

VALÉRIA GONÇALVES PÁSSARO

VERA LONGO

VIVIAN CRISTINA DOS SANTOS

APRESENTAÇÃO

Este texto procura descrever as reflexões sobre um mapeamento elaborado no processo de capacitação de educadores de rua da cidade de São Paulo, participantes do projeto “Prevenção do Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” coordenado pela COSAM – Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, e UNDCP- Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas - elaborado e executado em São Paulo, pelo Projeto Quixote¹ em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O objetivo do Mapeamento era levantar subsídios sobre a circulação de crianças e adolescentes em situação de rua pelo circuito da Rua e pelo circuito das Instituições de Assistência, para o aprimoramento da prevenção do consumo de drogas nesta população.

Neste âmbito, o da intervenção, é que este levantamento ganha sentido. Primeiro, porque foram os próprios agentes da intervenção os observadores do campo, e, segundo, porque puderam observar-se e pensar a própria prática.

Este trabalho foi apresentado no Encontro “Prevenção de drogas entre Crianças e Adolescentes em situação de Rua: Reflexões sobre um Mapeamento”, em outubro de 1998 na Universidade Federal de São Paulo, no contexto do acordo de cooperação Brasil-França, COFECUB, através da Faculdade de Saúde Pública da USP, contando com a presença do Pfo. Dr. Claude Olievenstein e do Dr. Carlos Parada do Centre Médical Marmottan, de Paris, França, cujas participações foram transcritas no apêndice deste livro.

¹ Projeto Quixote – Projeto do PROAD, Programa de Atendimento a Dependentes, do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, destinado ao ensino, pesquisa e atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Porque usar técnicas etnográficas no mapeamento	6
<i>Cynthia A. Sarti</i>	
2. Cenas do Mapeamento Rua: Diários e discussões dos educadores	11
<i>Rubens de Camargo Ferreira Adorno e Selma Lima da Silva</i>	
3. Mapeamento Institucional	34
<i>Auro Danny Lescher e Graziela Bedoian</i>	
4. Circuito Institucional	43
<i>Graziela Bedoian</i>	
5. Tecendo a Rede	46
<i>Auro Danny Lescher</i>	
6. Apêndice:	51
Conferência: “Prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: Comentários sobre o Mapeamento” Universidade Federal de São Paulo –1998	
<i>Dartiu Xavier da Silveira</i>	
<i>Carlos Parada</i>	
<i>Claude Olievenstein</i>	
7. Instituições participantes	52
8. Bibliografia	54
9. Anexos	11

INTRODUÇÃO

Cada vez mais as políticas públicas de assistência à criança e ao adolescente em situação de rua têm se confrontado com o agravamento das condições em que essa população se encontra nos grandes centros urbanos do país. Alguns estudos apontam a variedade de definições sobre esta população e as dificuldades decorrentes disto (Martins,1996). Por situação de rua entende-se aqui o uso do espaço da rua por crianças e adolescentes como local privilegiado de vivência, seja através de atividades de subsistência, lazer e ou moradia, independente de outros vínculos familiares ou escolares.

O consumo de drogas nesta população tem sido considerado elevado. Segundo o último levantamento do CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - 88,1% dos entrevistados relataram uso de uma ou mais drogas ao menos uma vez na vida, que é bastante superior se compararmos com estudantes da rede pública de ensino na mesma faixa etária (Noto & Alii, 1997).

Trata-se de um fenômeno que exige intervenções precisas e que levem em consideração toda a complexidade envolvida. A prevenção do uso de drogas pressupõe a compreensão de que o seu uso transcende os aspectos farmacológicos das mesmas, pois há que se considerar o encontro deste indivíduo com suas características biológicas e de personalidade e o contexto sócio-cultural em que se dá este encontro com a droga (Olievenstein, 1990).

Considerando que estas crianças e jovens estão “em trânsito pelas ruas” (Adorno 1996) e que a rua é um circuito de sociabilidade específico, as estratégias de prevenção devem oferecer um circuito alternativo àquele. Um circuito que contemple as possibilidades de expressão, lazer, prazer, moradia, aprendizagem e a saúde de forma geral.

Desta forma qualquer tentativa de aprimoramento das intervenções preventivas devem passar pelo fortalecimento da Rede de atendimento e pela capacitação do educador que é o agente privilegiado desta intervenção.

PORQUE USAR TÉCNICAS ETNOGRÁFICAS NO MAPEAMENTO

CYNTHIA A. SARTI*

Do que se trata

O mapeamento das ruas e das instituições onde circulam crianças e adolescentes em “situação de risco” foi realizado através da utilização de uma das técnicas fundamentais que caracterizam a pesquisa etnográfica, a técnica de observação.

O trabalho de observação foi feito pelos próprios educadores de rua, ali onde eles estão mais familiarizados, ou seja, no local de seu trabalho, na rua e, posteriormente, nas instituições que completam este circuito. Discutiu-se um roteiro prévio que delimitou o que se queria olhar, de acordo com os objetivos do mapeamento e os educadores foram orientados no sentido de registrar as observações em um “diário de campo”, instrumento que acompanha esta técnica. Buscou-se anotar o que se viu, o que se ouviu, como foi visto e dito e as “impressões” do pesquisador, como dado bruto, matéria-prima para a análise posterior.

Ainda que não se pretendesse uma discussão exaustiva das implicações desta técnica de pesquisa eminentemente qualitativa, procurou-se realizar este trabalho de campo a partir da explicitação de um pressuposto básico da etnografia, o de que a pesquisa de campo envolve uma relação entre dois sujeitos, constituindo uma forma de comunicação. O observador não está fora do campo da observação, nem tem o “controle das variáveis” envolvidas em seu trabalho de campo. Ele mesmo está dentro do campo da observação, pondo em questão o lugar em que se situa, tanto quanto o lugar de seu suposto “objeto” de observação.

Um ato aparentemente banal, observar não é apenas olhar, mas treinar este olhar, preparar cuidadosamente este olhar, para que ele não seja um olhar ingênuo, desarmado, que desconhece suas implicações. A observação requer que se discuta a concepção da realidade social e conhecimento desta realidade nos quais se baseia, examinando criteriosamente duas questões cuja formulação se constitui em pressupostos desta técnica do trabalho de campo: como se olha? o que se vê?

- Antropóloga, professora do Centro de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina.

Nesta concepção, a realidade observada não está objetivamente dada aos olhos do pesquisador. O que se olha não corresponde a uma realidade que se possa situar fora do sujeito que observa e autonomamente em relação a ele, mas é mediado pelo significado que o observador atribui ao que vê. Na observação, faz-se a ponte entre os dois universos de significação: o do pesquisado e do pesquisador, como argumentou Da Matta (1998). A noção de “objeto” de pesquisa rigorosamente perde seu sentido, diante do que é pensado como confronto de dois sujeitos, portadores de mundos de significação distintos.

Quando aprendemos a falar, aprendemos uma linguagem que traduz não apenas uma forma de comunicação entre os seres humanos, mas também uma forma de ordenar o mundo, de atribuir significado à realidade que vivemos. É a partir dessa “socialização” que olhamos o mundo. O significado que tem o mundo para os indivíduos, significado que forja seu modo de olhar, de falar, seus gestos, suas escolhas, seus lugares, constitui a própria realidade social. Esta, portanto, não existe fora de um campo de significação.

Este campo de significação, que constitui a própria realidade social, ainda que se traduza e seja apreendido nos sujeitos que individualmente a compõem, é sempre coletivo, adquirido pela socialização numa determinada cultura. Não se trata, assim, de pensar que cada um olha e pensa o mundo do seu jeito - uma forma de subjetivismo incompatível com a convivência social - mas quer dizer que olhamos e enxergamos o mundo a partir da forma como fomos socializados para isso, a partir dos referenciais da cultura da qual fazemos parte e que assumimos e interiorizamos como nossos.

A esse processo, que Berger e Luckmann (1978) chamaram de “construção social da realidade”, correspondem, então, dois momentos indissociáveis: o confronto do indivíduo com a sociedade como realidade objetiva e sua interiorização como realidade subjetiva, através da socialização.

Em outras palavras, o mundo social só existe como tal se constituir um mundo de sentido para os indivíduos que nele vivem e, dialeticamente, os indivíduos só constroem o sentido de suas vidas a partir das referências da coletividade da qual fazem parte. Não existe realidade social sem significado subjetivo para os que nela vivem, ao mesmo tempo em que o significado de cada ato cotidiano e singular, para cada indivíduo, só existe como produto do que lhe é dado viver na sociedade e na cultura das quais faz parte.

Assim, o que se vê no campo da observação precisa ser olhado e interpretado a partir do lugar que os indivíduos ocupam no seu mundo social. Assim, é importante ressaltar que a concepção do mundo social como uma realidade constituída pelo significado que os indivíduos lhe atribuem, coletivamente construído, implica necessariamente que o conhecimento científico desta realidade seja concebido como interpretação, e não como verificação de regularidade de leis ou fenômenos.

Sociologicamente falando, as descrições que um indivíduo faz de um acontecimento, - sua fala, em todas as linguagens com que os homens se comunicam, a da voz, do corpo, dos gestos, das atitudes, etc... - relacionam-se com a posição que o indivíduo ocupa dentro de seu grupo de referências e, ainda, com a relação que, na situação de pesquisa ou de comunicação, estabelece com seu observador/interlocutor. Cada um fala de um lugar e é isto o que dá

significado à fala. Falar de um lugar significa falar como portador de um lugar social - de classe, de raça/etnia e de gênero, os principais recortes que definem fronteiras sociais entre os sujeitos, entre tantas outras clivagens. Cada um desses lugares implica em uma fala particular, que precisa ser levada em conta na interpretação do que se observa.

A partir destes pressupostos básicos - o de que a pesquisa constitui uma relação entre dois sujeitos em comunicação e o de que a realidade observada não é objetivamente dada, mas é mediada pelo significado -, observa-se na pesquisa etnográfica aquilo que se toma como problema. O olhar é, portanto, seletivo. Mas como fazer isto? Como garantir a objetividade que requer o conhecimento científico e que é sempre necessária, ainda que se reconheça subjetividade como parte indissociável do conhecimento nas ciências do homem?

Como preparar o olhar?

Ao contrário do que se poderia supor, o treinamento da observação não se traduz em regras de procedimentos rigorosas para guiar as atividades de coleta de dados (Becker, 1997, entre outros, explicita este problema). Há uma margem de imponderável implícita neste procedimento.

A adequação dos termos da comunicação entre pesquisador e pesquisado vai sendo construída ao longo do trabalho de campo e, nesse processo, entram as características da população observada e os humores e temperamentos envolvidos em qualquer contato humano. Por isso, Da Matta, no artigo referido, diz que o trabalho de campo etnográfico é feito de modo artesanal e paciente.

Pela flexibilidade que encerra, o trabalho de campo precisa ser muito bem preparado e delimitado no que se refere ao problema que se pretende investigar e todos os seus passos claramente explicitados. Indissociavelmente de seus resultados, importa na pesquisa qualitativa o caminho percorrido, a trajetória, o processo artesanal da construção do conhecimento. O fundamental, nesta técnica, dá-se na relação entre o pesquisador e o pesquisado. Para trabalhar cuidadosamente esta relação, a observação pressupõe um duplo movimento:

- transformar em “estranho” aquilo que nos é “familiar”, ou seja, nossos procedimentos habituais, nossos costumes e nossos valores; e
- transformar em “familiar”, em algo inteligível e aceitável para nossos códigos culturais, aquilo que parecia “estranho” à primeira vista.

Da Matta, ainda no referido artigo, chama esses dois movimentos de “as duas transformações fundamentais do ofício de etnólogo” que, segundo ele, guardam entre si uma estreita relação de homologia, no sentido de sempre conduzirem a um encontro.

Sair de seu lugar e colocar-se no lugar do outro são os movimentos fundamentais do etnógrafo. O segundo movimento, o de colocar-se no lugar do outro, só se torna possível na

medida em que nos estranhamos em relação ao que somos, transformando o que aparece como natural em cultural.

Assim opera-se a “relativização” do lugar de cada um, que passa a ser visto de diferentes pontos de vista, rompendo-se com qualquer noção de verdade absoluta. É como se tivéssemos que permanentemente desconfiar de nós mesmos. Busca-se, assim, o exercício (que se reconhece como nunca inteiramente bem sucedido) de não se escandalizar, nem julgar a fala e o lugar do outro. E lembrar o que diz Câmara Cascudo (1971): “nenhum costume é indefensável, inferior ou bastardo para quem o segue”.

A maior dificuldade reside em desprender-se das lentes com as quais se filtra o olhar, que configuram uma visão de mundo, para, assim, se conseguir enxergar com outras lentes, a partir de uma outra lógica de construção da realidade. Isto é particularmente difícil porque, como disse Da Matta, no mesmo texto, o que nos é “familiar” está introjetado pelo costume, portanto inconscientemente, e deslocar-se deste lugar não se resume a um exercício intelectual ou a uma operação cognitiva, mas envolve um desligamento emocional.

É importante ressaltar que nunca estamos totalmente certos de que o que atribuímos ao outro é o que o outro pensa. Consciente desta limitação, o procedimento científico da observação busca esta aproximação ao outro, através do permanente exercício de “estranhamento” em relação a si mesmo e de “relativização” dos lugares dos quais se fala.

Sendo assim, o que se pretendeu com a utilização da técnica de observação no mapeamento do circuito das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, que envolveu um trabalho de campo feito pelos próprios educadores de rua, era não apenas o conhecimento da realidade observada, mas uma “desconstrução” das formas de olhar e ver que habitualmente orientam o trabalho dos educadores, para assim dar uma outra qualidade a seu trabalho. A intenção foi, então, a de “relativizar” o lugar de cada um, “desnaturalizar” as práticas mais habituais e corriqueiras e, assim, poder olhar o outro a partir de suas próprias referências, sem projetar no outro procedimentos e valores que são nossos.

Sair de seu lugar e colocar-se no lugar alheio é uma viagem sem volta. Não se retorna mais à inocência do ponto de partida, porque este necessariamente se perde no caminho.

CENAS DO MAPEAMENTO RUA: DIÁRIOS E DISCUSSÕES DOS EDUCADORES

Rubens de Camargo Ferreira Adorno e Selma Lima da Silva*

A questão das crianças e adolescentes pobres faz parte de uma agenda que se inscreve na pesquisa e programas de intervenção desde a década de 80 (RIZINI e RIZINI, 1991). Nessas “agendas”, “meninos de rua”, “menores institucionalizados”, “infratores” acabam muitas vezes sendo colocados em um mesmo plano, tal como também esses temas se apresentam até hoje na mídia e no senso comum.

Essas categorias não são neutras e nem procuram falar de um mesmo fato, sua inclusão em um mesmo tema gera problemas ainda mais complexos. Problemas que se colocam também na esfera do trabalho prático. Assim se “menino de rua” como qualquer menino pobre presente na rua, iguala-se a infrator, estaremos pensando e agindo como apregoava o extinto código de “menores”, ou seja, são infratores todos aqueles que se colocavam em uma situação “irregular”, a rua seria portanto a situação irregular.

Essa mesma questão nos parece assumir um novo significado : estar presente na rua passa a ser sinônimo de ser “drogado”, ou ainda um elemento mais perigoso : um “viciado em crack”.

Por outro lado é importante estabelecer que a rua, como espaço de sociabilidade, sobrevivência e trabalho faz parte das práticas e do ideário das sociedades ocidentais há larga data, sendo a presença de crianças, jovens, famílias, grupos que tomam a rua para essas finalidades antiga e tradicional em nossa sociedade, e na história da Europa Mediterrânea .

A rua foi e vem sendo espaço para a sobrevivência dos grupos que acabam sendo excluídos ou se excluem dos espaços sociais da “ordem“. Espaço também dos que saem das instituições, porque o espaço rua mantém uma relação ambígua com a visibilidade social. O circuito de crianças e jovens na zona central da cidade de São Paulo é o que adquire um caráter mais visível. Além de se apresentarem na área mais complexa da circulação da cidade esses atores ganharam visibilidade pública.

O termo “meninos de rua” passou a se consagrar e a ser popularizado nas décadas mais recentes. Esse termo expressa por um lado a participação de um conjunto de atores da sociedade brasileira que passaram a denunciar a discriminação e a lutar pela discriminação de crianças e jovens - através do plano político institucional, voltando-se para os poderes legislativos e judiciários e inscrevendo conquistas no plano institucional da sociedade, que hoje possuem leis - Estatuto da Criança e do Adolescente.

* Rubens Adorno, professor associado do Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP.
Selma Lima da Silva, mestranda do Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Considerados até então, como menores “infratores”, de rua ou “soltos” na rua, ou “crianças abandonadas”, são ainda alvo e argumento para o apelo ao assistencialismo e a repressão, na medida em que estar na rua, ou ser considerado “de rua”, significa uma qualidade negativa. Como aliás bem demonstrou DA MATTA (1986), descrevendo a oposição entre casa e rua, a primeira como espaço da ordem, a segunda como espaço da desqualificação social.

Na história recente registrou-se o desenvolvimento de atividades e programas voluntários, de organizações não governamentais, ou mantidas por instituições oficiais, que através de oficinas, espaços, “circos-escola”, jogos, vem buscando manter outras perspectivas de vínculo e de comunicação, partindo da utilização do espaço “rua”. Nessa perspectiva também identificou-se a presença de toda uma série de “performances” urbanas que tinham como protagonistas ou participantes os “meninos de rua” que apareciam através de expressões culturais da e na rua: grafites, conjunto de rappers, pagode, etc., outras experiências que reuniam teatro, música, artes plásticas, e manifestações que assumiam uma dimensão notadamente contemporânea, reunindo fragmentos da “cidade” (seus muros, suas fímbrias de espaço, seus locais e horários inusitados).

Esse quadro possibilita olhar para os “meninos de rua”, também como uma expressão social urbana contemporânea que suscita ao mesmo tempo a discussão sobre a cidade, as formas de vida e de conduta, que tanto podem ser pensadas no plano local - cidade de São Paulo, como nas suas vias de contato com outras cidades contemporâneas, em que a presença dos jovens pobres fica contida em “guetos” específicos, identificados como imigrantes, não pertencentes às sociedades nacionais como em cidades européias, ou como comunidades étnicas como nos Estados Unidos.

A relação com o espaço da rua, se possui inúmeros referentes inclusive o de espaço de sociabilidade e lugar do ganho para sobrevivência dos “pobres” na sociedade brasileira, passou a ter destaque como o espaço do consumo de drogas feito por crianças e adolescentes e a ser , portanto alvo das ações reparadoras, reintegradoras e políticas.

Durante os anos de 1995 e 1996 foi realizada uma outra investigação na zona central da cidade de São Paulo, com a utilização do método etnográfico, visando detectar os circuitos e as falas dessas crianças e jovens a respeito da vida nesse espaço, da relação com os “outros” (os transeuntes, a polícia, o educador, o traficante, as instituições) e a dinâmica que ocorreu neste espaço a partir da generalização que fez a mídia a respeito do consumo de crack, que passou uma insígnia a mais na identidade dessas crianças e jovens. A partir desta pesquisa utilizou-se o termo “crianças e jovens em trânsito nas ruas” procurando situar não apenas a referência à existência de crianças e jovens que utilizam o espaço da rua como seu espaço de sobrevivência, mas como uma forma de viver, de se aventurar. Essa ação encontra as ruas da cidade como o cenário de expressão e passa a constituir um “circuito”, que congrega vários personagens, crianças e jovens que vivem, transitam ou ocupam o espaço rua das mais variadas formas, educadores, artistas, intelectuais, voluntários, traficantes etc...

Ao definir “crianças e jovens **em trânsito e em direção à rua**”, procurou-se situar um conjunto de experiências de vida, de “estilo de vida”, marcados e construídos por adesão a um espaço, que por ser amplo, exposto, desprotegido e alvo de assédios requer a construção de estratégias, de mecanismos de manipulação e defesa que acabam por formar um tipo de sociabilidade que se produz e reproduz tendo como referência o grupo, “a turma”, o “bando”,

os “manos”, mas também os “tios”, as instituições, os espaços de lazer e de recolhimento, o uso da droga, seja o “crack”, esmalte ou a cola. Coisas que passam a fazer parte, e que funcionam como atrativos, e ao mesmo tempo como a marca, o estilo desse circuito “de rua”.

Por oposição à casa, a rua representa um conjunto de territórios que rompe com a dimensão do tempo, violentando limites, entre possível e impossível, “zoar” nesse espaço significa transitar, ir de um espaço para outro, obter as coisas que o mundo da casa não permite. Essa experiência guarda em si também o significado da experiência “jovem”, da passagem para uma pretensa “liberdade” adulta.

Nessa interpretação do fenômeno social da criança/jovem em direção à rua, vamos ver aspectos como a construção de um modo de vida: a sobrevivência a partir da exposição às ruas, o contato com as redes que manipulam drogas, armas e subsidiam as formas de vida violentas, ao lado também da violência e da deterioração física da cidade, e no corpo dos que aí habitam a marca de uma intensa energia e resistência a esse mundo muito rápido, ágil, fugaz que tem um outro tempo: o de zoar, o de “dançar” ou não dançar de repente, o de viajar, ou o de ficar horas sentado/ deitado em um banco com um cobertor e um saquinho de cola, de esmalte, conversando bobagens, dormindo, viajando de olhos fechados ou juntando-se de repente para dar um giro, para apanhar alguma coisa, conseguir algum bagulho, etc... Todos se conhecem como uma grande “horda”, “clã”, os contatos podem ser mais próximos com alguns da “turma” mais próxima, mas conhecem-se a todos e principalmente participa-se de um mesmo código de mensagens: em que avisos como presença de um outro tipo de polícia, traficante, ou então “sujou”, ir para outro lugar, agir, são comunicados.

Ainda na definição deste trânsito cita-se o contraponto da rua como um território de aventura e de riscos, como um contraponto a falta ou excesso de ordens, tarefas propostas no espaço da família, e a proposta da onipotência e do ilimitado que a rua traz - nela pode-se assumir um outro papel, consumir cola, crack fazem parte do poder tudo neste espaço, sentir-se forte, poderoso (VOGEL, 1991), paradoxalmente em um espaço em que os riscos são constantes. O trânsito significa por outro lado, pensar essa transição da rua como uma das trajetórias existentes para crianças nas classes populares. O fato de passar, habitar a rua não necessariamente conduz a um irremediável fatalismo, e como cita FONSECA (1997) há donas de casa e trabalhadores braçais que já foram “menino de rua”.

O que ameaça e torna estranha essa experiência tem dependido do olhar que se lança e que realça os perigos neste espaço. Crianças e jovens são entes de direito que invocam proteção e atenção, mas aparecem expostos e desclassificados desse direito. Mas entretanto, de forma ainda que invisível, essa proteção é oferecida através de agentes e instituições diversas que procuram propor esses direitos.

Por outro lado há sempre a dúvida e o medo de uma maior ameaça, seja a droga mais potente, que vai atrair e vincular mais o tempo à rua, à calçada, à sarjeta, seja a compra e venda invisível das drogas que tornam o menino de rua, o “crackeiro”, visível para os outros.

Por circuito, entende-se a caracterização de um grupo que passa a frequentar, circular e adotar comportamentos e práticas que o tornam reconhecido e reconhecível por outros que também frequentemente este circuito, e que reflexivamente passam a incorporá-las como parte das suas identidades.

O circuito, também, pode estabelecer um contínuo como um trem fantasma que reúne “cenas” de um mesmo teor dentro de um caminho que vai sendo percorrido, ou de um jogo de video-game que estabelece o circuito dos personagens. No video-game a identidade dos personagens são dadas pelo circuito. As características de grande parte desses circuitos reais ou virtuais voltados para os adolescentes têm como tema, ou “script” dos seus personagens as tramas que envolvem jogos e lutas em que um desfecho violento está presente, eliminar ou ser eliminado do jogo.

Em relação ao estudo na cidade MAGNANI (1996) utiliza este conceito de circuito por oposição aos de “pedaço” e “mancha” que definem partes da cidade em que os indivíduos têm atividades específicas ou são aí reconhecidos. No caso do circuito estes são serviços ou estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática, que não tendo contiguidade espacial, são unidos pelo uso que se faz deles.

Um outro conceito que destacamos aqui é o de “tolerância”, que se relaciona com a atitude que os demais passam a ter em relação àquele circuito. Desta forma crianças pobres presentes na rua podem inspirar compaixão, indignação, medo, revolta ou evitação. Essas reações são construídas de acordo com as conjunturas e a reflexividade social. Assim o circuito passa a ser percebido como “crianças abandonadas”, “meninos infratores”, ou perigosos e ameaçadores “crackeiros”. Essa percepção vai orientar as ações e propostas gerais em relação a estes.

Este mapeamento realizado em São Paulo durante o ano de 1998, procurou seguir roteiros deste circuito. O objetivo mais geral era colocar os educadores e técnicos das instituições participantes do Projeto “Prevenção do Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” em contato com essa realidade numa perspectiva diferente da que desenvolvem em seu trabalho, ou seja buscar entender a lógica da rua a partir da rua. Visava também conhecer melhor o papel que o consumo de drogas desempenha na vida desses atores e tentar entender o porquê, dessa circulação para o centro da cidade.

Dessa forma foram organizados grupos com esses educadores para visitarem os circuitos já tradicionais de circulação de crianças e jovens. Os locais escolhidos foram os seguintes: Praça da Sé, Pátio do Colégio, Parque Dom Pedro; Praça da República, Rua da Consolação, Praça Roosevelt, Av. Nove de Julho; Largo São Bento, Anhangabaú, Santa Ifigênia; Largo Santa Cecília, Rua Amaral Gurgel, Rua Sebastião Pereira; Estação da Luz, Rua do Triunfo, Rua Dos Andradas, Rua Dos Gusmões, Rua Dos Protestantes e também o bairro do Itaim Paulista.

Após a visita a esses locais os técnicos deveriam fazer o relato em um diário de campo para posterior discussão em supervisões e sistematização do material colhido. As supervisões procuraram por sua vez orientar o registro com a contribuição da etnografia, procurando fazer com que levassem em conta um exercício reflexivo, isto é colocar-se tanto na posição de quem observa como de quem é observado, exercitando o estranhamento e a alteridade, colocando-se na posição que ocupam em relação ao outro, como educadores.

Os diários representam enquanto instrumento de mapeamento a projeção dos educadores neste espaço, refletem assim parte da imagem que fazem de si e do outro - meninos e jovens - seus educandos quando inseridos neste espaço. Assim os temas e registros de diário de campo

refletem o recorte dos educadores face a parte mais encoberta do circuito do qual fazem parte: a rua.

Apesar do curto período das visitas à rua (48 horas de observação em três meses), foi possível desmistificar algumas questões, como por exemplo, verificar que ao contrário do que aparece na mídia, existe um consumo grande de cola nas ruas. Outro fator importante foi o de que em regiões que acabaram virando sinônimo de perigo, como é o caso da “cracolândia”, existe o convívio de diversos atores sociais que ocupam o mesmo espaço e participam dos mesmos códigos de convivência. Aliás como já se registrara em estudos clássicos da Antropologia Urbana (VELHO, 1987) especificamente o artigo traduzido de SIMMEL : A Metrópole e a Vida Mental .

A rua adquire vários usos, dependendo do horário e dos atores que por lá circulam, assim no mesmo espaço podemos ter dos mais diferentes comércios como de confecções, comida, eletrodomésticos, sexo, drogas. Além de outras ocupações como catadores de papelão, vendedores ambulantes, limpadores e guardadores de carros, pessoas que esmolam ou que simplesmente passam . Ela pode ser usada como local de passagem, de lazer e moradia com locais demarcados para dormir, estar, ou fazer necessidades fisiológicas.

Neste texto utilizamo-nos de trechos dos diários de campo para introduzir os temas e o leitor ao circuito. Os aspectos de destaque são apresentados através dos subtítulos.

1. Os vários usos da rua . Os vários usos na rua. População da área em que se dá o maior consumo de crack em São Paulo e a presença dos consumidores na via e na vida cotidiana.

O fato do mapeamento ter sido realizado por educadores, desloca a óptica da instituição para a óptica da “rua”. Esse deslocamento trouxe ao mesmo tempo descobertas, mas também foi marcado o tempo todo pela óptica dos educadores a respeito da vida dessas crianças e adolescentes.

Descobertas como: códigos da rua, a existência de uma organização, uso do educador como parte da estratégia de sobrevivência, não ser o determinante do circuito, mas parte dele.

Outra questão diz respeito ao termo “de rua” , que corresponde a um olhar externo - externo à rua, pois na rua, os educadores são “tios”, externos a esse cotidiano. Assim quando se observa a interdição de não usar crack ou cola na frente dos tios, isto é ao mesmo tempo interpretado como “respeito” por parte dos tios, mas pode também ser expressão da presença do outro no espaço deles, assim como uma visita com a qual se tem cerimônias. Ao mesmo tempo esse mundo dos “tios” é também parte do circuito, pertence a uma sala em que se entra quando se precisa de abrigo, ou de acolhimento.

As crianças são sempre conhecidas pelos educadores e além disso passam a ser quase que sempre crianças, mesmo os mais velhos, aqueles que já foram além dos dezoito anos, continuam sendo vistos e tratados a partir de uma história e das estórias do contato. A região da Luz é representada como aquela em que há a ausência deste contato, é onde crianças, mulheres,

jovens, traficantes são desconhecidos. O olhar neste recanto transitou entre o voyeurismo e a procura de pontos para penetrar em uma zona mais obscura.

O mapeamento da região conhecida como “cracolândia”, que compreende as proximidades da região da Luz, teve como tônica o conhecimento do lugar, o buscar desvelar aquele espaço apontado como frequentado por policiais, cafetões e traficantes, impenetrável pelos outros. Ao lado dessas imagens há também a imagem formada na experiência e no dia a dia dos educadores: a de que as crianças que estão ali não freqüentavam as instituições e de que naquele lugar e aquelas crianças não são dadas ao contato. Essa condição vai se desmontando em parte, com as observações a respeito do lugar, que vai cada vez mais se parecendo com outros tantos lugares da cidade:

“Paramos no bar Léo e ficamos na esquina observando a movimentação da Rua dos Andradas. Crianças e adolescentes jogam bola. Existem muitos prédios de apartamentos nesse trecho. A freqüência desse ponto contrasta com o trecho depois da esquina com a Rua Aurora em que ficam vários homens, mulheres, crianças e adolescentes fumando crack”.

“(…) Na Rua dos Andradas com Triunfo (…) notamos que em muitos prédios de apartamentos moram famílias que não estão envolvidas com a prostituição ou o movimento do crack. O cenário da rua é ocupado por uma criança com sua mãe na porta do prédio indo ao encontro do pai, senhoras chegando com sacolas de mercado, mas também essa calçada é ocupada ao mesmo tempo por pessoas que se movimentam em torno do crack.”

A circulação dos diversos atores sociais nesse espaço vai necessitar de um código de convivência comum a todos que é explicitado em algumas falas:

“O ‘Português’ (dono do bar) nos diz que não tem nenhum problema com as pessoas da rua, ‘não trata mal, trata com respeito e mantendo uma certa distância’. Diz que quando alguma pessoa das ‘que ficam pela rua’ quer algo do bar, pede da porta com a mão estendida já com o dinheiro. Minutos depois um menino aparece à porta com a mão estendida com uma moeda e pede um chiclete de hortelã.”

As mesmas regras de convivência e os códigos possibilitam o convívio com os outros que fazem uso do local para consumir o “crack”. Ao mesmo tempo mostra que essas crianças e jovens também ocupam o seu dia em outras atividades além do consumo de drogas. Neste lugar há portanto uma convivência entre os que consomem drogas e os outros em um mesmo espaço. Quem olha de fora neste caso é o “educador” que não está ali inserido, mas fica nas imediações. As instituições em que ficam os educadores localizam-se próximas a esse lugar, em território de passagem entre o centro da cracolândia e os espaços da cidade como os galpões da margem das ferrovias e as casas antigas do bairro de Campos Elíseos que se transformaram em cortiços ou foram invadidos.

“Caminhando pelas ruas encontramos um casal de garís que trabalha na região da cracolândia das 14:00 as 22:00hs. Eles nos contam que não têm nenhum problema com o pessoal que ‘usa crack’. Nunca foram roubados e mantêm, uma convivência pacífica com eles. As pessoas que usam crack deixam o cachimbo ou as pedras enroladas em algum

plástico pelo chão e quando passam avisam aos garis para não varrerem. Notamos que a mulher esta cheia de anéis, colares, relógio e ainda um “walkman”. Dizem que às vezes quando alguém ia ser assaltado e corria para o lado deles, “o pessoal do crack”, não assaltava mais. Comentam que “tem que tratar bem essas pessoas, mas não pode dar muita intimidade”.

O contato com o lugar possibilitou enfim o vislumbre de um menino e a possibilidade de um contato:

“Em frente deste bar encontramos Wilsonz de mais ou menos 11 anos, magro, sujo vestido de roupas enormes e sujas pedindo moedas, para as pessoas que ali freqüentam. Ele carregava um guarda – chuva preto utilizando-o como uma bengala. Achamos a cena surreal. O menino nos disse que cuida dos carros, dos clientes, do bar.”*

Cenas, cenários surreais, imagens ilusórias fazem parte do lugar que suscita histórias que sendo reais ou imaginárias acabam por dar mais força ao seu aspecto como o de um “buraco negro” ou o lugar onde as crianças somem sem serem conhecidas. Nessas histórias, às vezes aparece a polícia:

“Relatou que sexta à noite os policiais vêm receber o “pagamento” dos meninos e outros usuários de crack para não os prender e ainda nos diz que “quando o pessoal da rua começa a aprontar muito é só dar uns R\$ 30,00 ou R\$50,00 para os policiais que eles colocam na viatura, levam para um canto e batem”.

Também citam a história de um poço existente em um dos muitos moinhos ao longo da ferrovia que passa pela região da Luz. Ali era o “poço dos meninos”, lugar para onde policiais e seguranças levavam os indesejáveis que seriam jogados no poço para desaparecerem. Essas histórias têm uma relação com a imagem do crack que também faz parte desse lugar: o crack também joga as pessoas para o fundo do poço.

Essa região do centro da cidade aparece portanto nessa cartografia novamente como um “buraco negro”, o lugar em que as crianças somem. Real e imaginário não estariam nessa saga que congrega educadores, policiais, seguranças particulares e crianças, corroborando com a história da droga que mata? Não estaria aí um ponto de inflexão na relação entre educadores, crianças e jovens, no momento em que estes se perdem fora da instituição, lugar onde falha a missão do educador, onde se confundem os descaminhos da droga, da polícia, dos que querem exterminar?

* Os nomes relacionados são fictícios, mas mantém familiaridade com o léxico de nomes das crianças e jovens do circuito

Não se trata mesmo disso, do lugar, que se identifica com a droga do extermínio ? Com o crack segue-se a mesma lógica, as informações que circulam são as que lotam as páginas de jornais e revistas, e ocupam os noticiários de tevê em horário nobre, que o apontam como uma droga devastadora. Esta discussão é carregada de preconceitos e generalizações que estigmatizam os consumidores de crack mais que de outras drogas e não permitem o esclarecimento da real dimensão do problema. Entender o contexto em que se dá esse uso, significa considerar que a busca dos efeitos desejados pode estar vinculada, também, ao circuito que os oferece e a forma de conduta apropriada para a circulação nesse espaço, construindo-se um estilo e uma estética própria que possibilita identificação com seus pares e pelos “outros”, estabelecendo um padrão de sociabilidade. E este padrão, por sua vez, vai estar se consolidando através das representações sociais presentes na sociedade, estabelecendo, assim, uma reflexividade social. Giddens (1996) define a reflexividade como o conhecimento (científico ou não) que, não sendo mais privilégio apenas dos “peritos”, circula por toda a sociedade, fazendo parte do seu cotidiano e influenciando as decisões tomadas e, por conseguinte, as práticas sociais, mesmo que esse conhecimento seja incorporado de maneira imperfeita.

Existem ainda alguns relatos de educadores ligados a instituições oficiais narrando a história do “arrastão” promovido para recolher as crianças e jovens afirmando que estes viam naquela operação a oportunidade de se esconderem dos traficantes.

“Eu quero que você me leve para o SOS”.

Esta fala, demonstra tanto o pedido para sair da rua em determinado período, cujo motivo, pode ter sido ou não revelado por parte das crianças e jovens, como também, coloca um elemento a mais no conflito vivido pelos educadores sobre medidas compulsórias como é o caso do “arrastão”, em que o papel pedagógico da “conquista” é deixado de lado.

Esta discussão é emblemática nas reuniões com os educadores: ora a rua é o lugar da “perdição”, ora ela é vista como heróica, livre; em contrapartida as medidas de retirada da rua são avaliadas como autoritárias, mas, no entanto, esta meta é avaliada como necessária.

O educador transige como transige o vínculo, há um lado que admira, outro que se sente impotente e lesado. O namoro pedagógico da abordagem de rua paga preço à impotência, a ação eficaz à autoridade. Nessa linha divisória faz falta o pragmatismo que certas instituições têm em retirar e ensinar a sua ética. Há também muito da desconfiança no funcionamento das instituições estatais que desempenham esta prática, mas não mantém vínculos mais duradouros com as crianças.

2. O circuito de rua como uma referência estética, de sociabilidade, de costas para os bairros sem recursos, equipamentos e qualquer forma de proteção social, de proteção individual.

A forma de circular, se portar, pedir e/ou roubar compõe uma estética da rua que configura uma identidade em interação com quem passa, produzindo assim uma

reflexividade social (GIDDENS). Portanto uma abordagem agressiva pode passar a imagem da criança “perigosa” ou pedir esmola, a de “coitadinho” que foi abandonado, ou como se definiu um garoto: “nós somos os humildes da rua”, pois não praticavam roubos. Interessante observar que essa estética termina por se firmar também através de muitos trabalhos sociais que tentam dar uma assistência a quem está na rua com distribuição de comida, cobertores e roupas, que obviamente não serão do tamanho de quem recebe.

“Este menino usava, como todos os meninos que circulam pelas ruas, uma camisa quatro vezes maior que o número dele, estava descalço e com a cabeça raspada.”

Essa maneira de se portar e se vestir é um código de reconhecimento dos meninos a quem o educador se dirige. É também um jeito, um modo de ser, que define uma imagem para a instituição, que varia tanto quanto o tamanho da roupa que usam. Antes o tamanho e a combinação das roupas - casacos, tênis que podem passar por roupa de outros adolescentes quaisquer, são compostos com outras peças que trazem o emblema da rua. Esta indumentária fala também de um comportamento: uma bricolagem de vestimenta e uma bricolagem de estados, humores que compõem o comportamento do afetivo ao agressivo, da passividade a explosões de loucura.

“(...) Estavam sentados nos degraus e freqüentemente abordavam as pessoas que passavam pedindo dinheiro. Usavam uma abordagem um tanto agressiva onde as pessoas sentiam-se intimidadas e acabavam dando o dinheiro”.

“...O adolescente que aparentava ter 14 anos cheirava cola por sob o cobertor que o enrolava. Nos pediu um trocado, no momento que respondi que não daria mostrou-nos um estilete para nos intimidar, como não conseguiu o seu intento, passou a ameaçar outras pessoas que por ali passavam”.

“(...) Nos dirigimos ao Paissandú onde encontramos Fábio e Washington que portavam saquinhos de cola. Ambos estavam meio sonolentos e com dificuldade para se manterem em pé. Ambos usavam um cobertor sobre as costas.”

Outro componente dessa estética é a produção de “histórias” de vida muito parecidas obtidas na abordagem dessas crianças e jovens, que verdadeiras ou não, revelam uma produção comum a esse espaço, tendo uma experiência de exclusão social, revelam não só pela renda e tipo de moradia, mas, pela ausência de equipamentos sociais. O ir para a rua tem como motivação a busca de outro modelo que não o familiar, seja do ponto de vista material ou mesmo psicológico e afetivo.

“Glayce nos disse que está voltando para Santos já que sua família está lá. Segundo a menina seu pai é PM e trabalha na prefeitura daquela cidade. Ela diz ter problemas de relacionamento com a madrasta por isso não fica em casa”.

“Wellington não se diz usuário de drogas, conta que tem casa, mora com seu pai na região da zona Sul. Seu pai é separado de sua mãe. Disse que seu irmão também vive nas ruas, mas mora com a mãe, mas nunca fica em casa.”

É o mesmo tipo de “bricolagem” que se faz entre a casa, a rua, a instituição.

“Paloma disse que passou o final de semana em casa. Perguntamos porque ela não fica em casa, ao invés de ir para a rua. Ela disse que vem para a rua por “senvergonhice”.

Ela assumiu o discurso institucional de que estar na rua não é bom, então se condena, mas a rua ainda tem muitos atrativos para ela, que como não consegue ou não quer especificar nomeia de “senvergonhice”. Na verdade o que é recuperado ou retido da fala das instituições aparece como a repreensão moral, estar na rua é errado, não se toma a real ameaça que esta representa.

“Chegou outro garoto a quem “Dentinho” chamou de Negão, seu nome é Émersom estava bem vestido e calçado, andava de skate. Negão contou que tem casa, família e vários discos. Gosta de ouvir Racionais Mc’s e sai de casa para a rua por causa das “luzes” (que tem no centro da cidade), que neste lugar conhece todo mundo.”

Interessante destacar a sensação oposta descrita pelos pesquisadores ao circular pelo bairro do Itaim Paulista “os bairros são muito monótonos, sem vida, cinza” e também a constatação de que a criança e jovem que foge de condições materiais e psicológicas precárias parecer muito mais “normal” que o que fica em casa, pois movimentam-se para a vida, e a “vida” e os recursos, estão nas regiões centrais...

“Na casa não tem nada, nas instituições tem mais coisas”

Além do que a exposição nas ruas centrais da cidade termina por proteger pela visibilidade que esse espaço proporciona, o bairro ao contrário desprotege porque perde-se esta visibilidade.

3. As instituições: lugar em que se vai a procura de proteção temporária, ou ponto que faz parte do circuito.

Existe um destemor em enfrentar as situações demonstrando uma atitude de desafio. Crianças e jovens que estão na rua desconversam e são evasivas, quando são perguntadas de modo geral, dão versões diferentes sobre os mesmos fatos. Essa conduta assim como os nomes adotados pelas crianças e jovens na rua refletem também uma estratégia de sobrevivência, em que de alguma forma a verdadeira identidade fica preservada, podendo garantir uma certa segurança. Além de garantir uma certa invisibilidade estratégica, ainda que temporária, para esta ou aquela instituição com a qual teve algum conflito ou por não aceitar alguma regra proposta.

“Na Praça da República em frente ao conselho tutelar muitas crianças dormem, sensação de segurança”.

“Durante a caminhada, encontramos com uma adolescente que por um dos integrantes da equipe, foi chamada de Fátima, por outro integrante, foi chamada de “Batata”, por outro de Dayse, e nesse é não é, apareceu outro nome, Claudia.”

“Paloma está bem vestida e portava um caderno de poesias e um livro evangélico. (...) Disse que estava em casa e tinha saído para dar uma volta. (...) Frequenta o Ministério Jeame (papo de resposta)

“Logo encontramos Welton, várias fugas do SOS alguns encaminhamentos para Casa da Alegria. Ele está na rua após a mãe abandonar a família. Seu pai sempre vai em busca do jovem pelas instituições do Centro, Praças e lugares comuns a eles. Welton diz que não quer voltar para casa porque não gosta da madrasta que segundo ele o maltrata”.

A maioria dessas crianças e jovens mencionaram ter frequentado algumas instituições como: C.C.C.A, que fica no bairro da Liberdade, o Projeto Travessia (nas oficinas de letramento e na rua), o Exército de Salvação, O Ministério Jeame (papo de resposta), o Projeto Vida (proposta sócio educativa em meio aberto), Padre Lázaro (projeto Cheiro de Capim), Projeto Santa Fé, Vila Mariana e Casa Aberta Luz.

Essas crianças e jovens são os que fazem contato e se incorporam ao circuito, realizando um movimento pendular, rua-droga / mocó / instituição / educador / rua / casa da família. É este circuito que o educador tem que lidar.

Na discussão com os educadores surgem fissuras no que seria a sua ação: as instituições governamentais são mais sensíveis as conjunturas políticas, em época pré-eleitoral ou quando há mais pressão por parte da mídia os “arrastões” tornam-se mais constantes. Há ainda diferentes modos de trabalhar, política interna entre os funcionários e as instalações, todos reconhecem, que são precárias como os espaços deteriorados da cidade.

As instituições “terceirizadas” não têm um consenso em relação à prática pedagógica e terapêutica. Além disso há um outro ponto discordante: entre uma ação mais efetiva de levar “meninos” para a instituição e uma ação mais passiva: os meninos entram e saem.

Há um outro ponto de estrangulamento: as instituições funcionam em dias úteis e horários úteis: o que fazer nos fins de semana, e com o alojamento noturno, uma vez que os albergues oferecidos também não possuem uma unidade de prática pedagógica?

4. As Instituições e a Institucionalização da Rua como Espaço de Vivência e Moradia.

Existem instituições “caridosas” que ajudam a manter a vida na rua, a “rua dá tudo”, utiliza-se o espaço da rua para obtenção de comida com possibilidade de escolha do cardápio, pois distribui-se lanches, marmitex (arroz, feijão, carne), sopa, além de roupas e cobertores. Esta é uma situação paradoxal, pois algumas ações que tem por objetivo dar apoio e atenção à quem está nas ruas, terminam por propiciar a permanência neste espaço e a legitimação da rua como moradia.

“(...) Na rua Sebastião Pereira, tínhamos observado moradores de rua sentados, percebemos que no mesmo local já se concentravam mais pessoas (moradores de rua), pareciam a espera de algo, pois se posicionavam em fila. Não haviam crianças ou adolescentes, apenas adultos. No final da observação passamos pelo mesmo ponto e os encontramos com marmiteix nas mãos (comendo) de onde deduzimos que alguém ou alguma entidade levou comida para que eles almoçassem.”

“Perguntamos onde tinham dormido, disseram que no banco da Praça do Vale do Paissandú. Perguntamos onde eles iriam almoçar, disseram que comida não era problema, que eles não passavam fome.”

5. Limpeza Urbana, Ação Policial, Convivência com o Consumo e o Tráfico de Drogas na Rua.

Os vários grupos de educadores notaram durante o campo que as crianças e adolescentes sumiam das ruas em determinados períodos. Notou-se também a presença de seguranças particulares pela região central. Nos relatam também que dia com muita polícia e pouca criança, trata-se de dia de pagamento do” pessoal do tráfico” à polícia.

“Fomos até as proximidades da Praça da República, não vimos mais garotos, apenas muitos policiais. Entramos na Praça lavada. Estacionados, um grande camburão e mais duas viaturas tomavam a sombra das árvores”.

“Encontramos dois educadores deste projeto (Travessia) na Praça da Sé e segundo relato destes a Praça andava meio vazia havia algumas semanas (mais ou menos 3) devido a ações policiais naquela região”.

“Esse mocó (acesso Brigadeiro Tobias, próximo ao prédio central da Polícia)é basicamente utilizado para dormir e para a comercialização de droga onde destaca-se a cola de sapateiro como a mais usada e muito sutilmente, algumas pedras de crack.”

“Na rua grupos de pessoas se ajuntam ou se separam quando aparece alguém com as pedras, notamos que não existe diferenças entre quem traz a pedra e quem estava esperando, todos estão com aparência de sujos.”

“Na rua a movimentação do crack continua, as pessoas parecem abelhas em torno de algo doce, saem um pouco e voltam a rodear quem traz as pedras. Chega uma pessoa com as pedras todas as pessoas que estão na rua se juntam em torno desta. Depois uma outra pessoa que já pegou sai um pouco da roda e as demais se dividem em torno desta e da primeira. Depois de alguns segundos começam a se dispersar para acender a pedra”.

“Negão tentava manter uma “distância de classe” em relação a Dentinho, dizendo que volta para casa na hora que quiser e, falando sobre garotas fez questão de frisar que enquanto Dentinho só havia namorado “meninas de rua”, ele por sua vez namorava “meninas de casa”.

Nota-se a contraposição entre ser de casa/família e ser de rua/não ser de família, menina de casa tem mais valor que menina de rua, mesma relação foi encontrada em uma pesquisa sobre a sexualidade na Febem (Adorno,1997). O que se conclui na discussão: o educador está preparado para lidar com as diferenças de gênero e a sexualidade?

6. Uso de Drogas e Estratégias de Uso.

O consumo de drogas faz parte da rotina de estar na rua, é uma forma de conseguir dinheiro, ocupando muitas vezes o lugar do lúdico. Estabelecem-se diferentes relações com o uso de crack/cola, existem diferentes usos e diferentes públicos consumidores mesmo na rua.

“Perguntamos sobre o que faziam quando acordavam, disseram que vão pedir e que as pessoas davam dinheiro (R\$1,00), passe de ônibus/metrô e até tiket, mas que para comprar a cola eles só aceitam em dinheiro.”

“Se cheirasse cola depois do almoço, dava impressão de que não tinha comido nada “ Então cheiravam antes do almoço, diferentemente do crack que relatam que para parar de usá-lo por um período devem comer logo que param de fumar , se não voltam a fumar de novo.”

Os educadores/pesquisadores identificaram três mocós no viaduto Santa Ifigênia. Em uma extremidade tinha um com a função de vender cola, que era vendida a R\$ 1,00 a “melada” (a colherada), neste não tinha crack, na outra extremidade tinha um mocó do crack com meninos mais velhos e mais limpos que o mocó da cola, e entre eles um mocó que se instalou na casa da guarda civil metropolitana em que havia a utilização de crack e cola. As crianças e jovens que usam a cola utilizam mais as instituições, para tomar banho, tirar documentos, receber roupas ou solicitar internação. Utilizam as instituições como prestadoras de serviços.

Existe na rua o espaço da cola e o espaço do crack, “aqui só cola, pedreiro não entra”, os que aspiram a cola, acreditam que a cola seja menos prejudicial que a pedra , dizem que : “a pedra destroi.”

Nesse ponto somos inclinados a pensar que a questão da droga, faz parte de um estilo de vida; relaciona-se com o espaço, o circuito e a dinâmica da cidade. Faz parte dos mecanismos de mercado, de introdução de hábitos no circuito das crianças e jovens nas ruas e das estratégias de evitação, e da convivência com a presença policial e os transeuntes.

Esse consumo é também seletivo e assim explica-se a presença da cola, pois, na rua não são todos que se identificam, gostam ou têm porte para o uso do crack, a cola vai preencher esse nicho do mercado. Antes mesmo de consumir há uma “seletividade”, assim os próprios mocós, como nos referiram, tratam de incluir aqueles que têm a aparência, modos, idade, traços de identidade com o tipo de consumo.

O consumo, por outro lado, não é homogêneo como pode parecer visto de fora, mas é uma estratégia de “pertencimento” a um grupo, a uma das identidades do circuito de rua.

Nota-se, por exemplo, uma mudança no ato de cheirar a cola; passa-se do saquinho de cola para latinhas de refrigerantes as quais ajudam a despistar o uso da cola da mira dos policiais, enquanto que o uso do crack na lata denota um “estado desesperador”, pois o volume que se aspira é maior do que em um cachimbo. Antes ainda, o consumo de crack parece ser menos reprimido que o consumo de cola. Parece também ser compartilhada - a cola - por um grupo etário mais baixo, ao menos enquanto padrão do grupo, o que não significa dizer que não existam crianças com idade mais baixa consumindo crack.

O hábito de consumo na rua é realizado em “bando”. Geralmente as pessoas estão fumando com pelo menos uma pessoa ao lado, apesar de vermos pessoas fumando sozinhas, essa cena é mais rara. Não se trata de um hábito grupal, que tenha por referência um grupo definido, antes o grupo é formado pela extensa rede do circuito, que se aglomera nesse ou naquele mocó, e faz seu uso com este ou com aquele bando.

7. E de novo a Evitação Social, ou seja Droga, Rua, Crianças e Jovens participam de um Cenário Ausente, Marginal, Liminar porque presente no meio das avenidas da cidade, sem nenhuma relação com o seu entorno.

“O menino no bairro andando pela rua é criança, no centro é perigoso.”

A evitação social como já demonstrou SILVA (1995) não se dá apenas pelo medo do que parece ameaçador, mas também pelo que não se quer ver, a miséria, o abandono, a violência. São dados da realidade que sugerem alguma responsabilidade que não foi assumida e que não se quer assumir. A solidariedade no contexto das grandes cidades não tem lugar, pois ser solidário, assumir a responsabilidade de mudanças, demanda tempo, e tempo é o que o cidadão deseja ganhar, não para se relacionar, mas, para se esconder, da miséria, do abandono, da violência, da responsabilidade. Esta sensação de impotência frente a certeza de que esse quadro é gerado por instituições indiferentes e inoperantes que não respeitam os direitos elementares para quem deveriam prestar serviços, gera um sentimento de revolta que é dirigido para quem “ameaça” o mundo idealizado em que os cidadãos são respeitados, crianças não amedrontam e nem são esquecidas à própria sorte. Dessa forma a evitação social se mostra, quer pelo não envolvimento, quer pela indiferença, quer pela violência. E o espaço urbano e as formas de circular por ele demonstram isso, com sua arquitetura com obstáculos que visam a não permanência de pessoas, a estratégia de limpeza urbana com a lavagem dos locais onde se aglomeram pessoas, e o fechamento da janela do carro ao deparar-se com uma criança...

“A educadora estava com crianças que a abraçavam e uma senhora esperou a educadora sair para avisá-la que: “essas crianças são extremamente perigosas”.

“Os transeuntes andam apressados, alguns olham e outros não. Reparo em dois meninos que imagino ter quase a mesma idade que o que está dormindo no chão, uns doze anos. Vestem camiseta da ACM (clube que está a alguns metros de nós) e carregam

mochilas. São os únicos que observei que afastaram-se ao passar pelo menino como se estivessem afastando de algum perigo”.

“Continuamos andando, alguns metros mais a frente, outro garoto de aproximadamente 11 anos dormia na calçada, quase atrapalhando o tráfego dos transeuntes. Paramos para observar. Homens de terno e gravata, jovens com cadernos nas mãos, senhoras, pessoas passavam, um ou outro dava uma olhada, nem bem intrigada, nem bem apressada, uma olhada que passava”.

“As pessoas dos prédios em volta da Praça Roosevelt atiram coisas nos meninos que ficam lá fumando crack”.

“Presenciamos dois atropelamentos um na Avenida Tiradentes e outro na Rua Brigadeiro Tobias em ambos o motorista fugiu sem prestar socorro. No primeiro apesar da padaria estar cheia de pessoas que presenciaram o atropelamento ninguém se dignou a telefonar para o resgate. Perguntamos para um homem se o resgate já foi chamado e recebem a seguinte resposta: “Um mendigo a mais ou a menos não faz diferença”.

“Do teto do minhocão notamos uma fumaça constante, nos aproximamos e verificamos que algo queimava num dos buracos. (...) Diante da situação informamos o corpo de bombeiros e a Eletropaulo do fato e ficamos aguardando o desenrolar dos acontecimentos”. (O mocó estava pegando fogo e ninguém se dignou a chamar o corpo de bombeiros, os pesquisadores foram chamar e ouviram que quem tinha que ir até lá era a Eletropaulo, esta mandou que eles contatassem os bombeiros, por fim os bombeiros vieram e apagaram o fogo, mas curiosamente ninguém que passava pela rua parou para olhar como é o costume.)

8. Os novos “office-boys”: Droga, Rua, Tráfico como Trabalho, como atividade de adolescentes pobres. Um rompimento com as regras e os códigos da rua ?

A rua tem regras próprias do que é certo e errado demonstrando uma moralidade rígida. Um universo de regras com rotina bem definida, o estar e sobreviver na rua demonstra uma busca de auto-valorização. Um homem não pode bulir com a mulher do outro; sobretudo quando ele está na cadeia. Ele se dá mal, no código de rua, porque é considerado uma pessoa não confiável. Fica “marcado”, “queimado”, passa a não ser respeitado. Na rua não há promiscuidade, o estupro é condenado moralmente, assim como a prostituição. Quem quebra as regras é marcado literalmente. Na rua se vê o circuito de solidariedade e compromisso, ainda que digam “amigo não existe na rua”.

“Sabe tio, a Shirley está com o rosto todo riscado. (...) Ela é safada, tio.(...) Ela se envolveu com o marido de outra, aí ela chamou ela para ir na casa dela. Chegando lá, jogou água quente nela e marcou todo o rosto dela com gilete fez a letra “A”. Nós é que levamos ela para o hospital. (...) Ela é senvergonha, tio. Está resolvido, pagou o que merecia”.

“Conversamos com Daniela. Disse que dormia no Gasômetro. Não aceitava o que as profissionais do sexo faziam para conseguir dinheiro dizendo isso eu não faço, vender o meu corpo para conseguir dinheiro, de jeito nenhum, né tio?”

Crianças e jovens buscam vínculo familiar no mocó, muito mais do que nas instituições. Parece existir uma regra de inclusão nos grupos, os grupos menos articulados ficam fora, geralmente os pequenos estavam sós. Para ser aceito em um grupo os atributos devem ser: ser menos “vacilão”, não dar prejuízo, poder se garantir. Também parece ocorrer uma divisão entre os usos de cola para os menores e o uso de crack para os adolescentes. Utilizam os espaços para dormir, sempre no mesmo lugar. A rua é espaço de aventura, do inusitado, do risco, do lúdico. Em oposição à rua, as instituições têm regras que não comportam a transgressão.

O “pai” de rua protege a sua “família”, procura suprir o que ela não têm diante da falta de proteção social, muito embora essa figura pareça estar sendo substituída pelo traficante, visto que este, na rua, tem se intensificado e profissionalizado. Há relatos de meninos que circulavam pelas ruas a algum tempo e que estavam indo morar em apartamentos ou hotéis pagos pelos traficantes para o “trabalho” no tráfico.

“Um grupo da Sé não foi conversar porque Joyce (mãe de rua) não permitiu”.

“Caveirinha, já é maior de idade apresentou uma dinâmica que demonstra ter certa liderança no Grupo. Quando ele chega ao mocó, pela manhã, inicia-se a movimentação, a saída daqueles que passaram a noite para fazer a “correria” a fim de se conseguir dinheiro para compra da cola”.

“Ainda na Praça fomos abraçadas e beijadas repentinamente por Roberto que logo foi sentando em um banco e nos contando o que tinha acontecido com seu irmão. O irmão foi baleado no albergue do Gasômetro por outros adolescentes por questões relacionadas a droga e agora estava em um hospital que ele prefere manter em segredo como medida de segurança. Nos relata que quem está envolvido com o tráfico (crack) era ele e não o irmão. Sua intenção é de ser traficante até conseguir juntar uns reais para comprar um lugar para morar junto com seu irmão. Contou que seu irmão levou um tiro de advertência já que ele, Roberto, está invadindo a área de outros traficantes. O adolescente pareceu bastante perturbado e disse que iria se vingar, pelo irmão”.

“Pouco depois encontramos Daniel e João, disseram que estavam em um projeto em Itapevi, mas que saíram de lá porque “é muito chato”. Daniel fala que: “daqui a pouco ia trabalhar na lata de cola”.”

“Nesse local fomos abordados por um jovem que nos relatou ter 18 anos, estava acompanhado por um adolescente que disse ter 13 anos e se chamar Ronaldo; enquanto conversávamos ele exibiu um dinheiro que estava em seu bolso, valor aproximado de R\$ 30,00; questionamos a origem desse dinheiro, a resposta foi em tom irônico, de que trabalhava de “office-boy” de pedras; nesse momento o jovem de 18 anos confirmou o “trabalho” afirmando que ambos trabalhavam juntos”.

Alguns jovens que foram conhecidos dos educadores foram encontrados “bem vestidos” nas ruas. Estavam agora morando em apartamentos “repúblicas” na zona central da cidade, haviam deixado os mocós, as fímbrias da cidade, os baixos do viaduto, para se alojarem melhor, ascenderem socialmente como portadores do comércio de drogas na zona central, com roupas mais “civilizadas”, com a aparência melhor tratada. Assim também devem moderar o seu consumo para poder passar pela aparência de um office-boy. Essa trajetória não nos parece ser a possível para todos, mas indica uma divisão entre os que seguem apenas consumindo nas calçadas e aqueles que se profissionalizam nas formas de circulação e na divisão de trabalho do

tráfico na zona central. Estes também não vão apresentar nem a aparência nem o papel típico do traficante.

9. Ainda uma ponte, o Lugar e o Respeito do Educador

“Todos estavam portando saquinhos com cola porém quando nos aproximamos, notamos uma preocupação em pelo menos guardar a cola. “Guarda a cola, não tá vendo os tios aí.”

“Um rapaz de muletas, veio ao nosso encontro, pois nos reconheceu do SOS criança e como coordenava estes adolescentes, assumiu o papel de nosso “protetor” ordenando ao adolescente que aparentava 14 anos, que entregasse o estilete e não cheirasse cola em nossa presença, ao que foi prontamente atendido”.

“Nesse caminhar, num movimento brusco, ela se distânciava e nos deixa sozinhos indo em direção a uma amiga, daí tiramos a impressão de que poderíamos estar sendo utilizados como uma espécie de “passaporte” para uma carga”.

“Fomos ao Pátio do Colégio, onde o movimento estava começando. Encontramos alguns cheirando cola, aproveitaram a nossa presença e ficaram provocando os policiais, com o saquinho de cola”.

Nessas situações pode-se inferir o enquadre do educador, um personagem que evoca respeito e ao mesmo tempo pode ser requisitado ou procurado para momentos em que é preciso proteger-se. Ocupa assim um lugar que de certo modo cabe ao vínculo familiar para o qual se vira as costas quando se vai para a rua. Com algumas diferenças, pois o vínculo familiar pode, para certos e em certos casos apresentar-se como uma ameaça.

Na discussão que realizam os educadores após as visitas e durante a discussão em torno dos diários de campo surgem as propostas: resgatar a noção de cidadania? fazer algo nos bairros para manter o vínculo? O rap, e outras expressões culturais encontradas nos bairros e na região central da cidade poderiam ser um facilitador desse resgate, porque faz uma recuperação da cidadania pela própria linguagem? Descentralizar algumas ações desenvolvidas nas instituições para os bairros concorreria para reverter essa ida para o circuito de rua?

E ainda em relação à prevenção do abuso de drogas para essa população: deve-se trabalhar com a família? Muitas vezes a família também usa drogas e/ou trafica, mas isso em alguns casos. Deve-se instituir um programa de renda mínima, ou do programa de incentivo à geração de renda hoje implementado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado? Mas, nas visitas feitas aos bairros foram vistos casos em que embora existisse um forte vínculo e o apoio do programa para a família, isso não garantia a presença permanente do menino na casa, esse fugia sempre para a rua. O abuso não seria então o próprio abuso da rua?

Qual a identidade do educador? Está confinado a uma condição de marginalidade tal qual a da população atendida? Ou, é alvo de um preconceito compartilhado entre tantos de quem trabalha com essa população é herói/missionário ou louco?

Estas questões vão se tornando recorrentes a cada discussão, e acabam por ajudar a mudar os focos para problemas que vão além daquilo que se está discutindo. O que tem educador e instituição a oferecer além desse vínculo ambíguo que transita entre o respeito temerário e a busca furtiva, utilitária e imediata de proteção ?

Conclui-se enfim que todas as questões levantadas não devem ser jogadas fora. Por certo as instituições estão centralizadas e fazem parte deste circuito das zonas mais centrais da cidade. Nas periferias há menor interferência na vida de famílias e crianças, as instituições são externas a elas: escola, unidades de saúde, de uma maneira geral se fecham e criam escudos protetivos em relação à propalada e real violência dos bairros, de outro lado as igrejas e cultos proliferam em cada porta propondo uma rigidez, e um cordão de isolamento em relação ao mal. Mas não haveria que se resgatar o próprio papel do educador, que encontrar uma prática pedagógica além da abordagem de rua, ou da recepção da rua ?

Essa abordagem não passaria pela necessidade de um projeto terapêutico que se integre a um projeto pedagógico ? Enfim chega-se à conclusão de que é preciso rever a prática de cada instituição e revê-la de forma coletiva, pois, foi descoberto o fato de todas pertencerem a um mesmo circuito, no qual são os usuários que ditam as regras e as demandas. Pois afinal as instituições também têm por si e por seu trabalho uma baixa estima: crianças percebem que os funcionários são rotativos, e que demoram a adquirir experiência e conhecer os meninos que entram.

Surge a conclusão da necessidade de romper o isolamento e as práticas pontuais, e desenvolver uma ação mais coordenada, uma rede um circuito de instituições.

MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

Auro Danny Lescher e Graziela Bedoian*

Os educadores visitaram as 17 instituições do “Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, que visava a capacitação de educadores e o fortalecimento da rede de atendimento. Participaram deste projeto instituições governamentais municipais e estaduais, além de não governamentais, com diferentes metodologias e funções, distribuindo-se desigualmente nas 4 regiões da cidade. Assim, temos 10 instituições com atuação no centro da cidade, 05 na região sul, 01 na região norte e outra na região oeste, todas com atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.

Tabela 1 - Instituições Visitadas

1. Abrigo Educativo Taiguara
2. Abrigo do Gasômetro
3. Cáritas Diocesana de Santo Amaro
4. Casa Aberta Água Branca
5. Casa Aberta Luz
6. Casa Aberta Santana
7. Casa Aberta Santo Amaro
8. Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (CCCA)
9. Centro de Defesa dos Direitos da Criança (CEDECA - Sé)
10. Centro Educativo Esportivo Joerg Bruder
11. Exército de Salvação
12. Ministério Jeame
13. Projeto Quixote
14. Projeto Santa Fé
15. Projeto Travessia
16. Projeto Vida
17. SOS – Criança

As instituições participantes receberam previamente uma carta explicativa sobre esta etapa do projeto (em anexo).

* Auro Danny Lescher, psiquiatra, coordenador do Projeto Quixote.
Graziela Bedoian, psicóloga, coordenadora técnica do Projeto Quixote

Foram aplicados questionários abertos nas 17 instituições da tabela 1, por duplas de educadores participantes do projeto de capacitação. Os educadores foram treinados para a aplicação dos questionários. As entrevistas foram realizadas nas instituições participantes, que indicaram os profissionais a serem entrevistados. As respostas foram anotadas pelos educadores e posteriormente tabuladas.

Os educadores não realizaram entrevistas nas instituições em que trabalhavam, com exceção de uma entrevista. As visitas foram discutidas em supervisões.

O questionário abordou os seguintes aspectos:

1. Identificação: nome, endereço e função do informante.
2. Abordagem de Rua: realização ou não desta atividade, que locais na cidade, com que objetivos e frequência.
3. Formas de entrada (IN): como o atendido chega à instituição, de quem recebe encaminhamentos.
4. Encaminhamentos (OUT): instituições para as quais se encaminham os atendidos.
5. Critérios de Encaminhamento: quais os critérios para encaminhamento para outras instituições.
6. Procedimentos quanto ao uso de drogas: quais as estratégias da instituição para lidar com o consumidor de drogas.
7. Deficiências da Rede: que serviços fazem falta à Rede de atendimento.

Além da aplicação do questionário, os educadores colheram nas instituições:

1. Lista Nominal dos Atendidos no mês de maio de 1998
2. Instrumentos de registro utilizados na instituição.

Por se tratar de uma estratégia de capacitação, os dados colhidos serviram para a discussão sobre as relações dos atendidos com as instituições e das instituições entre si. Neste sentido, cabe ressaltar algumas limitações deste levantamento.

As instituições participantes possuem muitas diferenças entre si. Localizam-se em regiões distintas, oferecem serviços diferentes, possuindo metodologias próprias, pois participaram do projeto todas as instituições interessadas. Foram convidadas as instituições do Cadastro de Instituições de Assistência a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do CEBRID¹. A distância entre as instituições interfere na circulação dos atendidos entre estas e o fluxo entre as instituições depende de características dos serviços oferecidos.

Além disto, ao optar-se por entrevistas e não por consultas aos registros institucionais, por exemplo, os dados levantados ficam sujeitos aos vieses do entrevistado, suas representações sobre a dinâmica dos atendimentos.

Buscou-se aqui discutir os discursos existentes sobre a dinâmica dos atendimentos nas instituições e do perfil do circuito entre as instituições. Por ser um processo de capacitação, optou-se por educadores e não por pesquisadores. Por ser um projeto intrinsecamente ligado à intervenção, os vieses descritos podem gerar algum incômodo ao pesquisador, mas nem tanto ao educador.

Dados Mapeamento Institucional

1. Abordagem de rua

Considera-se abordagem de rua o trabalho em meio aberto realizado por educadores de rua, visando a aproximação e a formação de vínculos com a criança e o adolescente em situação de rua para posteriores encaminhamentos.

Das 17 instituições visitadas, 14 realizam abordagem de rua, sendo que a maioria das instituições tem um mapa determinado de atuação que compreende um conjunto de ruas, praças, ou bairros e há um cronograma de atuação, em geral semanal, que discrimina que educadores se dirigirão para cada local, dia e período do dia.

Observa-se uma concentração de atuação na região central da cidade (8 instituições atuam na região central).

2. Formas de entrada

Esta questão visava levantar as formas pelas quais um atendido pode chegar pela primeira vez à instituição. Levantou-se também a forma mais freqüente entre as citadas. Assim, a pergunta sobre as formas de entrada na instituição comportava respostas múltiplas, enquanto que a pergunta sobre a forma mais freqüente exigia uma única resposta.

Quanto às várias formas, a maioria das instituições (11) citou “encaminhamento de outras instituições”, seguido de “abordagem de rua” (7) e indicação de outro atendido – “criança - criança” (7). Outra forma de entrada citada foi “espontaneamente” (6), definida como a criança ou o adolescente que chega a instituição sem nenhum trabalho prévio desta ou de outra instituição, nem indicação de outra criança, conhecidos. Algumas instituições (5) referem que a comunidade, policiais, funcionários do metrô também são fontes de encaminhamentos. O uso de cartões de divulgação da instituição gera também encaminhamentos para duas instituições, que os empregam.

Quando perguntadas sobre qual a forma mais freqüente entre as citadas, a “abordagem de rua” é citada por 4 instituições e “indicação de outra criança” é referida por 3 instituições. Apesar dos encaminhamentos via instituições ocorrerem na maioria das instituições, esta forma só é a mais freqüente para uma instituição. Algumas instituições (3) referem ainda que as crianças só entram via abordagem de rua realizada pela própria instituição, não recebendo, portanto, encaminhamentos de outras.

¹CEBRID, Cadastro de Instituições de Assistência a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, no prelo.

Ainda sobre a forma mais freqüente, destaca-se que 5 instituições não souberam informar este aspecto. As demais formas citadas (“espontaneamente” e “comunidade”) são a mais freqüente forma de entrada para 1 instituição cada. Por fim a via “cartões de divulgação” é considerada a mais freqüente para duas instituições.

Com relação às instituições que mais encaminham, foram coletados os nomes das instituições citadas e em seguida foram classificadas em função do serviço oferecido à população, segundo os seguintes tipos:

1. Abordagem de rua: instituições que realizam basicamente o trabalho em meio aberto.
2. Albergue: instituições que basicamente oferecem abrigo noturno
3. Abrigo provisório: instituições que oferecem moradia por um tempo delimitado, com alojamento diurno e noturno
4. Centro de convivência: instituições que oferecem atividades esportivas, artísticas e/ou pedagógicas como forma privilegiada de trabalho com a população.

A FEBEM, Fórum e Conselho Tutelar foram considerados categorias em si, visto a especificidade destas instituições.

Para a classificação dos serviços oferecidos pelas instituições foram consultados o cadastro do CEBRID⁴, a Ficha de Inscrição institucional para o projeto AD/BRA/96/C88 e dados da supervisão das visitas.

As instituições em geral realizam vários trabalhos e esta classificação privilegiou o serviço mais específico. Por exemplo, as Casas Abertas foram

INSTITUIÇÕES CITADAS

TIPO

Abrigo Educativo Taiguara	Abrigo provisório
Abrigo do Gasômetro	Albergue
Casa de Passagem e Casas Abrigo retaguarda SOS	Abrigo provisório
Cáritas	Centro de convivência
Casas Abertas	Abordagem de rua
Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (CCCA)	Centro de convivência
Centro de Defesa dos Diretos da Criança (CEDECA - Sé)	Abordagem de rua
C.E.E. Joerg Bruder	Centro de convivência
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
Exército de Salvação	Albergue
FEBEM	FEBEM
Fórum	Fórum
Ministério Jeame	Centro de Convivência
Projeto Quixote	Centro de convivência
Projeto Travessia	Abordagem de rua
SOS – Criança/Banquinha Legal	Abordagem de rua

classificadas como serviço tipo “Abordagem de rua” apesar de realizarem também atividades recreativas. Pode - se observar na Tabela 2 as instituições citadas e a classificação por tipo de serviço.

Agrupando as instituições por tipo, observa-se que os encaminhamentos institucionais recebidos provenientes de instituições tipo “abordagem de rua”, são citados 11 vezes, seguido das tipo “albergue”, citadas 9 e tipo “centro de convivência”, 6. Já as instituições tipo “abrigo provisório” são referidas 4 vezes e “Conselho Tutelar”, “FEBEM” e “Fórum”, respectivamente aparecem 3,2 e 1 vez nos questionários.

Estes dados sugerem um fluxo de encaminhamentos mais freqüente, que se inicia na abordagem de rua, passa por um local para dormir e em seguida para uma ocupação de lazer.

Nota-se que as instituições participantes do projeto citaram-se umas às outras e que apenas uma não foi citada pelas outras, indicando que há trabalhos conjuntos entre estas instituições.

3. Encaminhamentos (OUT)

Esta questão visava levantar os locais para onde as instituições pesquisadas encaminham os atendidos por elas. Foram classificadas as instituições citadas segundo os mesmos critérios utilizados no item “Formas de Entrada”, sendo acrescentados os seguintes tipos de instituição:

1. Saúde: postos de saúde, hospitais, centros de tratamento especializado.
2. Família: retorno à família.
3. Escola: creches, escolas públicas.
4. Serviços específicos para usuários de drogas: comunidades terapêuticas, Projeto Quixote, PROAD

O maior número de encaminhamentos dirige-se a instituições tipo “centro de convivência” (24,8%), pois são citadas 30 instituições deste tipo, seguido por “abrigos provisórios” (22,3%), que representam 27 instituições. Aparecem ainda 15 instituições tipo “saúde”, 15 tipo “abrigo noturno” e 15 tipo “abordagem de rua” (12,4% cada), como encaminhamentos.

Foram citadas 55 instituições diferentes.

A “família” como encaminhamento é citada por duas instituições, e “escolas” por 3. As “Comunidades Terapêuticas” surgem 4 vezes e o “Conselho Tutelar” outras 7 vezes. Ainda como instituições para encaminhamento há os “Abrigos Permanentes” apenas citados 02 vezes.

4. Critérios de encaminhamento

Esta questão pretendia levantar os critérios de encaminhamento para cada instituição citada, ou seja, quais elementos são necessários para que seja encaminhada uma criança para determinada instituição. Vale ressaltar que não foram perguntados os critérios de recebimento das instituições pesquisadas e sim os critérios de encaminhamento. No entanto, apenas em um questionário há critérios de encaminhamento para cada instituição citada. Os demais responderam de forma genérica os requisitos para encaminhamento. Desta forma optou-se por levantar tais critérios sem quantificar a freqüência das respostas.

O principais critérios levantados foram:

1. Situação de risco: necessidade de proteção, local onde dorme (rua, albergue), uso de drogas, saúde.
2. Características da criança ou adolescente: comportamento, temperamento, interesse, desejo, pedido.
3. Critérios da instituição que recebe: sexo, idade, regionalização, existência de vaga.
4. Relações com a instituição atual : frequência, vínculo, estabilidade, prontidão.
5. Relações com a família: existência e qualidade do vínculo com familiares
6. Ocupação: complementação de atividades, lazer.
7. Metodologia da instituição: existência de princípios religiosos

Apesar da existência de alguns critérios, as instituições sugerem que em função da carência de vagas e opções, o principal fator determinante para o encaminhamento é a existência de vagas.

A situação de risco em que se encontra o atendido indica o tipo de necessidade imediata a ser trabalhada. Dependendo do local de dormida, busca-se um abrigo. As questões de saúde global e o uso de drogas também geram encaminhamentos, assim como a necessidade de ocupação do tempo, através de atividades recreativas. No entanto estes encaminhamentos só são eficazes se forem consideradas as características da criança, se ela pede este encaminhamento, se há interesse. Além disso a forma como o atendido relaciona-se com a instituição atual, sua frequência, o vínculo são sinais indicativos do momento do encaminhamento, já que existe um temor de que o atendido abandone o encaminhamento.

A família é considerada um encaminhamento apenas se houver “ condições”, por isto são avaliados o tipo de vínculo existente e/ou a perspectiva de resgate das relações com os familiares.

5. Procedimentos quanto ao uso de drogas

Quantos aos procedimentos da instituição no que diz respeito ao uso de drogas, nota-se que são referidos 12 encaminhamentos para instituições especializadas, sendo que 2/3 destes são para ambulatorios (PROAD- Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes e Projeto Quixote, ambos do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo) e 1/3 para internações ou “casas de recuperação”.

Além dos encaminhamentos, algumas instituições (3), referem atitudes especiais frente ao usuário como não abordá-lo quando sob o efeito de substâncias, impedi-lo de participar de atividades ou ainda, ser mais condescendente.

Nas instituições, o trabalho baseado na conscientização e sensibilização dos atendidos através de conversas, visando “amadurecer um pedido de ajuda” ou “valorização da auto-estima”, é citado em 09 questionários.

Apenas 02 instituições referem não realizar nenhum trabalho específico.

Algumas instituições levantam a dificuldade de encaminhamentos para “casas de recuperação” em função de vagas, gratuidade e principalmente pelo falta de interesse de alguns atendidos em deixar de usar drogas.

Uma instituição considera que todos os usuários deveriam passar por uma clínica de recuperação.

Apenas 02 instituições realizam avaliação médica.

6. Deficiências da Rede

Em termos de deficiências da Rede de atendimento, a falta de articulação institucional é apontada por 12 instituições, que consideram a qualidade dos serviços, a retaguarda para os profissionais, a ampliação do número de serviços, a divulgação dos trabalhos, os encontros entre as instituições como fatores que contribuiriam para esta articulação.

A falta de vagas e instituições específicas para abrigo, sejam provisórios ou não, é citada por 11 instituições, já instituições para o tratamento do consumo de drogas são referidas por 9 instituições. Entre estas há 4 referências sobre a carência de instituições específicas para meninas.

Outros atendimentos específicos, como casos psiquiátricos, deficiência mental, adolescentes grávidas, odontologia, são referidos por 10 instituições. Escolas, creches, cursos profissionalizantes são apontados em 6 questionários.

Além da articulação institucional e dos serviços apontados, algumas instituições (4) referem a necessidade da ampliação da faixa etária de atendimento e maior sensibilidade e respeito pelo trabalho do educador.

7. Instrumentos de registro

A coleta dos formulários utilizados pelas instituições tinha como objetivo levantar o tipo de informação registrada, sugerindo o tipo de acompanhamento e avaliação da intervenção existente.

Em algumas instituições (4), os aplicadores apenas copiaram os conteúdos dos registros e as restantes (10) forneceram seus formulários, com exceção de três instituições, sendo que uma destas não possui formulários padronizados.

Os instrumentos de registros foram lidos e seus itens foram listados e tabulados segundo o tipo de informação colhida.

Observa-se que há uma grande variedade de informações colhidas e que cada instituição privilegia determinados conteúdos em seus instrumentos padronizados. Apenas um instrumento tem formato questionário fechado, de fácil tabulação.

Além dos instrumentos padronizados são referidos prontuários, pastas, que são alimentadas com informações sobre o acompanhamento e evolução dos atendimentos.

As informações mais frequentes são referentes à identificação. Todas as instituições registram os nomes dos atendidos, sendo que 6 registram também os apelidos.

Outros dados presentes na maioria dos instrumentos são a “escolarização” (8) e os encaminhamentos externos (9). O uso de drogas aparece como item em apenas 5 instrumentos. A atenção maior dos instrumentos parece estar ligada aos dados pessoais de identificação e às relações institucionais via encaminhamentos. Há porém alguns instrumentos (4) que registram dados sobre a família do atendido, tipo de relações, situação habitacional, doenças, uso de drogas e dados sobre o “histórico de vida” em 05 instrumentos. Questões relacionadas a situação judicial, trabalho e saúde aparecem em alguns instrumentos (respectivamente em 2, 3 e 4 vezes). As atividades realizadas na rua, e o local de pernoite dos atendidos são itens de 02 instrumentos.

8. Listas Nominais

O objetivo de estudar-se as listas nominais dos atendidos pela instituição era ter uma dimensão do atendimento das 17 instituições participantes, observando a sobreposição de atendimentos a um mesmo atendido.

Foi escolhido o intervalo de um mês, pois em geral, as instituições prestam contas mensalmente a seus gestores, produzindo uma lista contendo os nomes dos atendidos no referente mês. O mês de maio de 1998 foi selecionado por ser o mês imediatamente anterior ao início do mapeamento.

Foram colhidas 15 listas nominais referentes ao atendimento de 15 instituições no mês de maio de 1998. Duas instituições não forneceram suas listas. As listas foram digitadas e os nomes de cada lista foram classificados por instituição e por ordem alfabética. Em seguida foram transformadas em uma única lista geral: “Atendidos pelas instituições participantes no mês de maio de 1998”. Foram separados os nomes que apareciam apenas 1 vez em toda a lista geral, denominados “nomes exclusivos” dos nomes que apareceram mais de uma vez, denominados “nomes repetidos”. Foi contada a frequência desta repetição, ou seja em quantas listas parciais (por instituição), este nome aparece.

As listas colhidas apresentaram nomes abreviados, alguns nomes sem sobrenome e alguns registros sem nome como “grupo de meninas” ou “bebê”. Estes últimos foram desconsiderados. Apenas nomes idênticos seriam considerados como repetidos, no entanto pela característica dos registros, listas manuscritas, abreviadas ou nomes grafados com letras diferentes, mas com fonemas idênticos, como “I” e “Y” ou “C” e “K”, ou ainda uso do monossílabo “DE” ou “DA” ou ausência destes, de forma indiscriminada foi feita uma leitura e comparação de alguns nomes que eram quase idênticos, sendo em alguns casos considerados idênticos, como por exemplo*:

Antônio Carlos Pires da Mota Junior

Antônio Carlos Pires de Mota Junior

Antônio Carlos Pires da Motta Junior

Antônio C. Pires da Mota Junior

*nome fictício

Tabela 4. Frequência de repetição

N.º DE LISTAS	N.º DE NOMES	N	%
2	120	240	62,5
3	43	129	22,3
4	21	84	11,0
5	5	25	2,7
6	2	12	1,0
8	1	8	0,5
TOTAIS	192	498	100

As 17 instituições juntas atenderam em maio de 1998, 2418 crianças ou adolescentes. Deste total de atendidos foram desconsiderados 09 referências tipo “grupo de meninas”, “bebê”, e nomes repetidos na mesma instituição. Assim obteve-se o Total Geral, de 2409 atendidos no mês de maio. Deste total foram separados 1911 nomes exclusivos (79,4%) e 498 repetições (20,6%). Estas repetições são 192 nomes cuja frequência de aparecimento nas listas parciais variou de 2 a 8 vezes (Tabela 4).

O estudo dos nomes repetidos indicou que 120 (62,5%) aparecem em duas listas, 43 (22,3%) aparecem em três listas, 21 (11%) aparece em quatro listas, 5 (2,7%) aparecem em 5 listas, 6 nomes (1%) aparecem em seis listas e apenas 1 nome (0,5%) aparece em 8 listas.

Considerando que “nomes repetidos” significa “atendimento simultâneo”, pode-se dizer que 120 crianças ou adolescentes foram atendidos simultaneamente por duas instituições no mês de maio e que a maior sobreposição de atendimentos simultâneos ocorre em apenas 1 caso com 8 instituições.

Deve-se considerar que o intervalo de tempo escolhido, 1 mês é curto dada a dinâmica dos atendimentos. Provavelmente haveria maior sobreposição se o intervalo fosse maior, pois, uma vez que o atendido entra no circuito institucional, ele passa a conhecer outras instituições via encaminhamentos ou via informações de outros atendidos.

Deve-se acrescentar também que a irregularidade do registro fiel dos nomes nas listas de atendimento determinam uma margem maior de erro na identificação dos atendimentos simultâneos, ou seja, nomes repetidos. Além, da própria característica da população que altera o próprio nome, conforme vínculo com a instituição.

O CIRCUITO INSTITUCIONAL

Graziela Bedoian*

A dinâmica do atendimento ilustra que cada instituição é um ponto de um circuito institucional pertencente ao circuito da rua. Crianças e adolescentes em situação de rua circulam entre as instituições e é este uso que une os diferentes discursos, estratégias de atendimento, educadores e instituições. Um circuito não implica em uma continuidade espacial entre os equipamentos, mas no uso que se faz deles.

Considerando que nenhuma instituição é completa, ou seja, que não é capaz de atender a todas as demandas existentes, há intercâmbios diversos desejáveis, através dos encaminhamentos, das trocas entre os profissionais, dos atendimentos simultâneos aos mesmos garotos. Vale dizer que não ser completa longe de ser um defeito é muito mais uma virtude. As instituições de assistência a crianças e jovens marginalizados, trabalham sempre em um limiar entre a exclusão e a inclusão. Criar instituições específicas para a população alvo, frisando os requisitos para ser alvo, como “de rua”, “carente”, “sem família”, “drogado”, podem ao contrário do que se pretende, estigmatizar mais. Não ser completa significa que as demandas de escola, saúde, profissionalização, por exemplo, podem ser atendidas pelos equipamentos “não específicos” para esta população, ou seja, pelas instituições sociais destinadas a atender a população em geral, malgrado as suas deficiências.

A existência das relações entre as instituições de atendimento pode ser vista em vários momentos no mapeamento. As instituições citam-se mutuamente tanto para a entrada quanto para a saída dos encaminhamentos, independente de sua localização na cidade ou tipo de serviço oferecido. Este grupo de instituições é, portanto, já conhecido, entre si de alguma forma. Apesar disto enumeram um número bem maior de outras instituições com as quais trabalham e que não fizeram parte do projeto.

O intercâmbio institucional via encaminhamentos demonstra que os critérios de encaminhamento são vagos e reduzidos muitas vezes a aspectos não técnicos como a existência de vagas ou ainda aspectos subjetivos relacionados, por exemplo, ao temperamento do garoto. Apesar disso parece haver uma lógica através de um fluxo mais ou menos delineado que se inicia com as estratégias de abordagem na rua, passando pelos encaminhamentos para locais para pernoite, para em seguida instituições que proporcionem ocupações diversas.

* Psicóloga, Coordenadora Técnica do Projeto Quixote – PROAD/ Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo.

Na medida em que as instituições interferem no percurso de rua de uma criança ou um jovem, introduz-se para estes novas alternativas de circulação, relações, vínculos. Este circuito alternativo à rua faz emergir novas demandas. Inicialmente pode ser um local para a pernoite, mas aos poucos a demanda passa das necessidades cotidianas para os desejos, com toda a multiplicidade subjetiva implicada no “estou com saudade da minha mãe” ou no “quero escrever uma música”.

Neste circuito o uso de drogas aparece como um dos motivos de encaminhamento em um momento posterior, segundo o aparente fluxo dos encaminhamentos. Apesar do uso de drogas estar inserido na rua, e fazer parte das experiências da maioria das crianças e jovens atendidos, este aspecto aparece como um entre outros a serem atendidos. Encaminhar para centros de convivência é muito mais freqüente do que encaminhar para instituições de tratamento. Isto provavelmente por uma série de razões. Sabe-se que há uma carência de serviços de atendimento a consumidores de drogas cujas exigências de admissão sejam possíveis para a população atendida como sexo, idade, pagamento, diagnóstico, etc, e mais, as estratégias utilizadas nestas instituições muitas vezes não facilitam uma aderência dos garotos encaminhados que acabam fugindo, sem se beneficiar muito. A experiência mostra que a compulsoriedade de tratamentos que implicam internação sem a devida participação do paciente neste processo, são fadadas ao fracasso em grande parte das vezes, sem considerar os aspectos éticos envolvidos nestas práticas.

Encaminhar para centros de convivência pode gerar uma interferência nos diversos padrões de uso de substâncias na rua, muitas vezes circunstancial às condições e perspectivas de vida destes sujeitos atendidos, ilustrando que o circuito institucional em si mesmo tem um potencial para a prevenção a ser aproveitado, muitas vezes ignorado pelas próprias instituições.

As instituições são utilizadas pelos garotos atendidos de acordo com suas necessidades e preferências. As listas nominais mostraram que há atendimento simultâneo por duas ou mais instituições em 20% dos casos.

A simultaneidade dos atendimentos reforça a idéia da existência de um circuito institucional e coloca a questão sobre a existência de uma Rede de atendimento.

Uma Rede de atendimento não significa a existência de uma uniformização dos serviços. As inúmeras instituições existentes trabalham segundo princípios e regras bastante diversificados, alcançando resultados. A diversidade contribui para aumentar as alternativas de vinculação das crianças e jovens ao circuito institucional. Faz-se necessário, no entanto, a reflexão sobre quais os princípios gerais norteadores das intervenções. A principal deficiência da Rede de atendimento apontada pelas instituições foi justamente a articulação institucional.

O trabalho conjunto implica muito mais na divulgação dos projetos, na troca de idéias e estratégias do que a padronização de procedimentos rígidos. O trabalho com a criança e o adolescente é bastante delicado e múltiplo, pois trata-se do universo dos afetos, dos desejos, da cidadania.

O intercâmbio entre as instituições é desejável, mas deve-se atentar para os cuidados necessários à comunicação de informações sobre as pessoas atendidas e a função da circulação deste saber.

A maior crítica ao circuito institucional é a ambigüidade de sua função social. Na medida em que interferem no circuito da rua oferecendo maiores possibilidades de uma qualidade de vida melhor, as instituições poderiam favorecer a cronificação de uma situação de rua. Principalmente as estratégias ditas assistencialistas que respondem as necessidades imediatas apresentadas sem uma preocupação com o investimento na reflexão sobre as mudanças desejáveis.

Ser um ponto no circuito pelo qual passa uma criança ou um adolescente exige, por um lado, o reconhecimento das limitações do trabalho desenvolvido e por outro a responsabilidade de fazer alguma diferença. As intervenções, os vínculos, as experiências vividas por uma criança em uma instituição poderão repercutir mais tarde, em outra instituição que por sua vez gerará outras interferências. Assim uma rede de atendimento trabalha interferindo de diferentes formas e em diferentes momentos, visando a melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens, que em seu percurso pessoal, incluem tanto a rua, com a sua diversidade de relações, quanto as próprias instituições.

TECENDO A REDE

Auro Danny Lescher*

Cartografia é a arte e a técnica de mapeamento de uma determinada superfície geográfica. Este estudo foi denominado Cartografia de uma Rede, pois buscou mapear o circuito urbano habitado e percorrido por crianças e jovens que tiveram seus laços familiares rompidos (ou interrompidos), e que ganharam uma nova geografia, onde as ruas e as instituições que lhes oferecem ajuda constituem o espaço cênico de suas vidas. Um espaço onde coexistem desejos e prazeres, devaneios e medos, situações de violência e muito abandono. Onde tanto educadores quanto traficantes são possíveis modelos de identificação.

O consumo de drogas psicoativas entre esses jovens altera-lhes a percepção da realidade e de si-mesmos e intensificam ao máximo o que a própria vivência das ruas lhes oferece : o aqui e agora. A oscilação entre a “fissura” e o consumo da droga explicita a imediatez extrema a que a vivência do tempo é reduzida.

Uma rede de atendimento a esses jovens vem sendo tecida em São Paulo por inúmeros educadores/tecelões que, já há algum tempo, vão unindo, ponto-a-ponto, um grande crochê que aquece e dá sustentação às imprevisíveis e infinitas situações que habitam a superfície da vida, fazendo valer a pena viver e planejar o futuro.

A mente humana é a responsável pela elaboração dos acontecimentos da vida e de sua dinâmica transformação. Quando esta mente torna-se impotente para conectar-se à realidade de uma forma também dinâmica, e fica prisioneira de um comportamento repetitivo, um círculo vicioso, há produção de dor, de sofrimento. Na dependência é assim que acontece. Amadurecer é aprender a jogar esse jogo de equilíbrio em meio aos ventos que sempre variam de intensidade e de direção. Curar-se da dependência de drogas, muito mais do que não usá-las, é exatamente voltar a vincular-se à vida de uma forma dinâmica, não cristalizada. Com esse novo equilíbrio conquistado, além do registro negativo do sofrimento relacionado ao consumo das drogas, o desejo de afastar-se de seus estímulos passa a ser o mais importante. A cura portanto está nesse resgate de liberdade.

O jovem que vive nas ruas também consome drogas fortes, mas a sua experiência de privação de liberdade é anterior e mais ampla. É a privação de alguns direitos fundamentais e de um afeto, digamos, mais amoroso, e necessita daquela rede de interessantes alternativas aos estímulos que o circuito da rua lhe oferece.

Como nos ensina Paulo Freire, o lugar da educação tem que conter o belo e a autoridade do educador tem que ser afetiva no exercício de sua tarefa. “Boniteza e decência” têm que andar de mãos dadas (Freire 1997).

* Psiquiatra, Coordenador do Projeto Quixote – PROAD/ Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo

Educar e gerar saúde são os compromissos fundamentais do educador.

Modular as ações da rede para que seja criativa e à favor do crescimento, sem gerar estigmatização e cronificação do jovem em trânsito pelas ruas, é o grande desafio que a tecelagem nos propõe enquanto agentes de uma possível educação para a cidadania.

APÊNDICE

Conferência: **“Prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: Comentários sobre o Mapeamento”**

Universidade Federal de São Paulo –1998

Abertura: Dartiu Xavier da Silveira^{*}

“Nas “crianças de rua” vemos serem depositados os conteúdos mais diversos que habitam nosso Inconsciente. Nelas são projetados nossos medos, nossas angústias e, principalmente, nosso abandono. Estabelecemos com estas crianças relações fundamentalmente ambíguas: por um lado são vistos como prováveis agressores, “drogados marginais” que vêm nos cobrar a conta de uma culpa social de tamanho descomunal; por outro lado, são as crianças que nós também um dia fomos mas que, diferentemente da maioria de nós, foram privadas de sua Infância.

O Professor Claude Olievenstein está aqui conosco, mais uma vez, compartilhando esta experiência. A experiência no Centre Médical Marmottan, em Paris, está no cerne da inspiração que gerou este projeto. Talvez o maior ensinamento que o Prof. Olievenstein nos tenha legado esteja na possibilidade de fornecer uma resposta ao dependente de drogas em sofrimento. A base do seu projeto terapêutico é o respeito à individualidade e à singularidade daquele ser humano. Ser humano que, no seu encontro com a droga, passou a não poder mais viver sem ela mas que, nem por isso, perdeu a sua “humanidade”.

O projeto Quixote nasceu dentro do setor de Prevenção do PROAD (Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP). Englobava uma série de estratégias visando a diminuição do uso indevido de drogas. Mas, neste percurso, o projeto ousou transcender o campo científico para ingressar na esfera social. Ampliou o discurso médico e psicológico, assimilando o discurso antropológico e sociológico. Não se contentou em rotular, mas preocupou-se em compreender...

^{*} Psiquiatra, Coordenador do PROAD –Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo

Gostaria de parabenizar Auro Lescher e Graziela Bedoian, assim como a toda equipe do Projeto Quixote, pela sua coragem. Coragem em se abrir para estas crianças, colocando o dedo ‘fundo na ferida’ para ver se e quanto realmente dói. O Projeto Quixote permite-nos o resgate destas projeções do nosso imaginário nestas crianças e, a partir de então, saber quem elas realmente são. Esta experiência possibilita conhecermos as “crianças de rua” através da única forma real de conhecimento: estando com elas. O projeto Quixote não faz apenas mais um recorte, seja ele estatístico, fenomenológico ou psicanalítico. Certamente que estes recortes possibilitam uma forma enriquecedora de acesso a este universo, mas fornecem um tipo de informação que não é “a coisa em si”, mas apenas uma aproximação do que se passa no espaço vivencial de nossas crianças. A partir desta “experiência quixotesca” estas crianças deixam de ser apenas objeto de nossos estudos científicos para adquirirem o que lhes foi essencialmente negado: o direito de serem sujeitos de suas próprias existências.”

*Comentários: Pfo. Dr. Claude Olievenstein**

Tradução Carlos Parada

“Senhoras e senhores, eu seguramente sou um dos mais incompetentes para comentar esse estudo. Sou muito mais adepto da poesia do que da ciência, mas enfim, a gente deve comentar.

Durante anos eu vi estudos científicos sobre o Brasil e , particularmente um, que aparece todos os anos, se dirigia a uma juventude conveniente, uma juventude importante, crianças e adolescentes escolarizados. E assim, com esses estudos chegou-se a conclusões, sei lá, de que 12% fumavam maconha, 0,37% das crianças escolarizadas de tal a tal idade tinham cheirado cocaína. Sim, é interessante para a estatística, mas para as pessoas que trabalham no campo mesmo, para que serve isso tudo?

Durante muitos anos eu pensei que isso não servia para nada. Eu entendia que isso era um álibi científico para justificar o que a gente fazia ou deixava de fazer. Eu creio que algumas pessoas necessitam, precisam de estatística, outros pedem mais epidemiologia, mas isso para apagar algo de essencial.

Os meninos e meninas que nós entrevistamos não são instrumentos de estatística, são futuros homens e futuras mulheres que pedem algo, que primeiro, é ter uma identidade, segundo, serem reconhecidos e não serem perseguidos; em terceiro lugar, serem tranquilizados e assegurados de que a vida não é tão horrível assim.

* Médico Chefe do Centre Médical Marmottan, Paris, França, especializado em toxicomania

Alguns cientistas gostariam de eliminar esse problema cuidando de problemas de genética, aí a gente acharia o gene da cocaína, bom hoje em dia se fala um pouco menos, porque se fala mais do Viagra.. Mas, enfim, seria reconfortante encontrar, se a gente encontrasse, que a toxicomania é uma doença genética e que assim a ciência vai resolver os problemas da sociedade. O que muda, o que é diferente nesse estudo que a gente viu hoje, é justamente o que há de movimento e de vivo nesse percurso descrito. Esses garotos e essas garotas não são simplesmente cifras, são pessoas e que organizam uma vida e que tentam vivê-la do melhor modo que podem.

O que me chamou muito a atenção é a similitude entre os efeitos das substâncias e os efeitos do que se passa na rua; nos mostraram como, por exemplo, as pessoas não são imóveis, não estão fixas num único lugar. Mas que nesses lugares de trânsito as pessoas entram, vivem e saem desses lugares e tentam defender-se. Se defenderem de que? Claro, da fome e da miséria, mas também se defender das exigências de classes dominantes, que pedem que seja organizada a segurança dos belos bairros e que para tanto, para assegurar a beleza dos bairros, gostariam de rechaçar em certos lugares, em certos guetos, os mais sórdidos, mandar para esses lugares as crianças que dão medo.

As sociedades atuais estão a tal ponto apavoradas com esse tipo de problema, que sob pretexto de redução de danos eles estão aceitando, como fez a Suíça, dar drogas de um modo controlado; é fácil de imaginar que tudo isso tem mais a ver com a segurança dos bancos, do que com o destino e a vida de cada um dos drogados nesse sistema. O que é interessante nesse estudo apresentado, mesmo com os números, é que as crianças aqui são sujeitos, não são simplesmente objetos de estudo.

É, pela primeira vez, um estudo científico mostrando algo de essencial, em primeiro lugar é que o sujeito é um sujeito, não é um objeto. Mas ele mostra também que é possível fazer antropologia e ciência, com consciência. Uma ciência sem consciência, leva a medidas de repressão, mesmo de aniquilamento, a morte. A ciência é científica somente se ela tem consciência e se, de um modo fundamental as questões de ética, são colocadas no primeiro plano. Obrigado pela atenção.

*Comentários: Dr. Carlos Parada**

“Eu gostaria só de comentar um pouco sobre o que foi mostrado e que me chama a atenção. Como é importante nessa área, da toxicomania, ser humilde e não querer fazer tudo, e pensar que se é o centro do mundo só porque a gente é terapeuta, ou decidiu que é o educador da criança que está na nossa frente, que circula e que tem vários momentos na vida.

É importante e difícil, acho que foi uma das coisas que apareceu do próprio seminário se eu entendi bem, poder trabalhar essa frustração de que você não é tudo e que não resolve tudo de uma situação em si complexa, e dramática muitas vezes. Acho difícil, especialmente para a área médica, aceitar que as pessoas que nos procuram não são como a gente gostaria que elas fossem. Talvez seja uma vantagem dos educadores que têm mais o costume de ver o outro como alguém que pode nos utilizar, como um usuário de um serviço. Os terapeutas, os médicos, os enfermeiros, ressentem isso com mais negatividade, a impressão que eu tenho.

Na toxicomania e também claramente nesse estudo, chama-me a atenção o fato de que tudo isso é apenas um estado, que você trabalha no tempo. E que é um tempo que vai passar,

que você não vai resolver hoje, para sempre o problema de alguém que você está encontrando hoje. Quando você conhece uma criança, você tem dez anos de trabalho pela frente. Quando você conhece um dependente seja em Paris ou em outro lugar, não é “hoje resolvo , e amanhã nunca mais será drogado, ou daqui a três meses, nunca mais será drogado”. Não sei, talvez nos próximos 10 anos, sim . O que é importante é que nos próximos dez anos, ao final desses 10 anos , ele ainda tenha possibilidades de viver melhor.

Lembro que na França, dos pacientes não tratados, um terço se mata, um terço passa a usar outros produtos, e um terço pára de se drogar completamente. Estou falando aqui de toxicômanos. Este um terço que se mata não é mero sorteio. Os que vão se matar após 10 anos de droga são os que correram mais riscos, que sofreram mais, os que perderam mais laços afetivos. E trabalhar esses 10 anos para que se chegue em um ponto menos desesperador é muito importante.

Quantas e quantas instituições alguns anos atrás diziam para a criança: “tem que voltar pra família” mesmo fazendo apenas 15 dias do contato inicial. Eu acho que hoje há uma grande evolução em São Paulo, pelo menos em relação a isso.

Ouvi falar de rede, eu queria lembrar que foi utilizado na França essa idéia de rede e o grande cuidado que se teve foi que as redes fossem heterogêneas. Já que o Brasil está começando, no campo da toxicomania, e tem tanta ONG trabalhando, eu queria pela amor de Deus que se tivesse um pouco mais de imaginação. Que as as instituições fossem diferentes. Sejam diferentes, umas das outras, isto não é um problema. Ao contrário é uma riqueza , é assim que a criança cria um percurso ou o usuário cria um percurso. E saber aceitar a frustração sobre a qual eu estava falando agora pouco, de que você tem uma visão parcial do problema. E de que trabalhar em rede, não quer dizer: vamos trocar nossas cartas, me diz como é que ele é na tua instituição, que eu vou te dizer como ele é na minha. E que a gente assim vai fechar o círculo e vamos saber tudo sobre esse cara, pelo bem dele. Não é isso trabalhar em rede. Agora, aceitar que tem uma outra instituição que sabe coisas, ou um terapeuta numa outra instituição, que sabe coisas sobre um paciente que você está vendo aqui, mas é meu paciente e ele que sabe, que desagradável...não é isso. É difícil para as pessoas aceitarem que alguém pode ser bonzinho aqui, malzinho alí, depois trocar, ser violento numa outra instituição. A imensa maioria das vezes que as instituições ligam lá para o Marmottan¹ para saber de alguma coisa sobre alguém, é por motivos de segurança, não tem nada a ver com terapêutica. Se acha que ele é louco, se acha que não é louco, se aí já quebrou alguma coisa, *etc*.

E para acabar, eu acho que as instituições, eu vi o Quixote nascendo, a grande dificuldade que eu vejo nas instituições que aparecem, é de estabelecer de um modo claro para cada instituição, qual é a demanda que ela acolhe. O que você vem buscar e que você pode encontrar nessa instituição, e cada instituição acolhe demandas diferentes. Eu acho que isso é uma coisa que dá para pensar e evitar posturas, para voltar ao começo, baseadas numa megalomania terapêutica. O problema da criança de rua, o problema da droga, é complicado, é pesado e um só não pode dizer eu vou fazer tudo, e de tudo. É isso que eu queria dizer. Obrigado.

* Médico Assistente do Centre Médical Marmottan, Paris, França.

¹Centre Médical Marmottan –Paris, França

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Abrigo Educativo Taiguara

Rua Vicente Prado, 93
Bela Vista Fone: (011) 239-3146

Associação Meninos do Morumbi

R: Regente Leon Kaniefski, 171 Morumbi
Fone/fax: (011) 843-0427

Associação Beneficente Santa Fé

Rua Francisco Cruz, 174
V. Mariana Fone (011) 539-3237

Casa Aberta Luz

Al. Cleveland 408. Fone (011) 223-2212

Casa Aberta Santana

Rua Benvida Aparecida de Abreu Leme, 47
Fone (011) 299-5491

Casa Aberta Água Branca

Rua Sabaúna, 163. Fone (011) 864-9734/861-1387

Casa Aberta Santo Amaro

R Pf. Clemente Pinho 288 Vila Clemente Santo Amaro
Fone(011) 548-8649

Cáritas Centro de Convivência

Pf Salim Farah Maluf, 180
Fone(011) 5221404

Centro Educativo e Esportivo Joerg Bruder

Av. Padre José Maria, 555 Fone: (011) 247-6340

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua Djalma Dutra, 70 Luz Fone(011) 229-3935

Centro Comunitário da Criança e do Adolescente

Av Liberdade 345 Fone (011) 270 3530

Exército da Salvação

R Taguá, 209 Liberdade
Fone (011) 279-5830

Ministério Jeame

Praça Princesa Izabel, 233 Campos Elísios

Fone (011) 2233072

Projeto Quixote

R Pf Francisco de Castro, nº 94 Vila Clementino

Fone (011) 571-9476/ 576-4386

Fundação Projeto Travessia

Rua São Bento 365, 18º andar

Fone (011) 605-1050

Projeto Vida

Rua dos Italianos, 1264

Bom Retiro

Fone (011) 222-0346

S.O.S Criança

Rua Piratininga, 85 Brás

Fone: (011) 270-9422/ 278-5535

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, R. C.F. **Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos : trajetórias de crianças e jovens das classes populares.** IN LERNER, J. **Cidadania: Verso e reverso.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- ADORNO, R. de C. -**Crianças e Jovens em Trânsito para a Rua: Um Problema de Saúde Pública.** Relatório de pesquisa FAPESP/Faculdade de Saúde Pública – USP, S.P., 1996.
- ADORNO, R. de C. F.et al.**O Exercício da Sensibilidade: Pesquisa Qualitativa e a Saúde como Qualidade.** In rev. Saúde e Sociedade, São Paulo, 3 (2): 172-185, 1994.
- APTEKAR, L. **Crianças de Rua nos Países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições** in: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 1996 V.9 n1 p 153-184.
- BECKER, H. **Outsiders: Études de Sociologie de la Déviance.**
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo, HUCITEC, 1997 (3ª edição).
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade.** Petrópolis, Vozes, 1978 (Antropologia, 5).
- BUCHER, R. **Drogas e Drogadição no Brasil**, Porto Alegre, ed. Artes Médicas, 1992.
- CÂMARA CASCUDO, L. **Tradição, ciência do povo.** São Paulo, Perspectiva, 1971.
- DA MATTA, R. **A Casa e a rua** .São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- DA MATTA, R. **O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”.** In: Nunes, E. O. (org.) *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 23-35.
- ESCOHOTADO, A. **O Livro das Drogas – Usos e Abusos, Desafios e Pre conceitos**, São Paulo, ed. Dynamis. 1997.
- FONSECA, C. **Os Caminhos da Adoção**, São Paulo, Editora Cortez, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1997, p. 36.
- GEERTZ, C., **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 1978.
- GEERTZ, C., **Estar lá, escrever aqui.** in revista diálogo, n. 3, vol. 22, 1989.
- GIDDENS, A.. **Para além da esquerda e da direita: O futuro da política radical**, São Paulo, UNESP, 1996.
- MAGNANI, J. G. C., et al.. **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**, São Paulo, 1996, EDUSP/FAPESP.
- NOTO,A., Carlini,E. & Alii, **IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em situação de Rua de seis Capitais Brasileiras**, CEBRID- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas/ Universidade Federal de São Paulo, 1997.
- OLIEVENSTEIN, C. **A clínica do toxicômano - A falta da falta**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990

- RIZZINI,I.;RIZZINI,I. **“Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80.** IN O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo, UNICEF, FLACSO, CORTEZ, 1991.
- SILVA, H. R. S. et al.. **Vozes do meio fio.** R.J., Relume-Dumará, 1995.
- SILVEIRA, D. e Gorgulho, M. **Dependência. Compreensão e Assistência – Uma experiência do PROAD.** São Paulo,Casa do Psicólogo,1996.
- SIMMEL,G. **A Metrópole e a Vida Mental,** in: Velho, O G. O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- TURNER, V. W., **O processo ritual - a estrutura e antiestrutura.** Trad. CASTRO, Nancy C., Petrópolis , ed. Vozes, 1974.
- VELHO, G., **A Dimensão Cultural e Política dos Mundos das Drogas,** in Drogas e Cidadania, org. ZALUAR, A. , São Paulo, ed. Brasiliense, 1994.
- VELHO,G. **Sociologia Urbana,** Rio de Janeiro, Zaar Editores, 1997.
- VOGEL, A ; MELLO, M.A S. **Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho.** IN O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo, UNICEF, FLACSO, CORTEZ, 1991

ANEXOS

Anexo 1: “Carta explicativa”

Ilmo. (a) Sr. (a)

O Projeto AD/BRA/96/C88 de “Prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua” do Ministério da Saúde/COSAM executado pelo Projeto Quixote em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da USP, está realizando a etapa Mapeamento da Circulação das crianças e adolescentes entre as instituições.

O objetivo do projeto é colher alguns subsídios para a prevenção ao uso indevido de drogas nesta população.

Para tanto, os técnicos participantes visitarão as instituições convidadas a participar do projeto e colherão alguns dados sobre:

- Locais de abordagem de rua
- Formas de registro do atendimento
- Critérios de encaminhamento
- Instituições que encaminham
- Procedimentos quanto ao uso de drogas
- Lista nominal dos atendidos em maio de 1998.

O projeto e seus parceiros se compromete a garantir o sigilo das informações colhidas, que serão analisadas no âmbito da integração entre os atendimentos.

Um dado interessante é que as instituições participantes juntas atendem 2760 crianças mês. Provavelmente muitas crianças são atendidas simultaneamente. Este tipo de dado colaborará muito na reflexão do aprimoramento da REDE de atendimento a criança e adolescente em situação de risco na cidade de São Paulo.

Estes dados serão apresentados em seminário específico.

Agradecemos a colaboração de todos e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Auro Danny Lescher
Coordenador Projeto Quixote

Anexo 2: Questionário

QUESTIONÁRIO

Nome da Instituição:

Endereço:

Função do Informante:

1. A instituição realiza abordagem de rua? SIM () NÃO ()
2. Se realiza, em que locais? (detalhar)
3. Instituições para as quais encaminha. (ver ficha de inscrição)
4. Critérios de encaminhamento (para cada instituição).
5. A população atendida chega chega como a sua instituição? Quais instituições mais encaminham para a sua instituição? Listar. Qual o caminho mais freqüente?
6. No caso de uso de drogas, qual procedimento?
7. Quais encaminhamentos faltam a rede?
8. Lista Nominal. XEROCAR
9. Instrumentos de registro de dados.